

REGIMENTO DE INSTITUTO ESPECIALIZADO
PROCESSO 2001.1.42.30.0 – CENTRO DE BIOLOGIA MARINHA

São Sebastião, 14 de abril de 2011

Of. Diretoria 030/2011

Ref.: "Proposta de alteração do Regimento do CEBIMar"

Magnífico Reitor,

Temos a satisfação de encaminhar, anexa, para apreciação, a proposta de alteração do Regimento Interno do Centro de Biologia Marinha da Universidade de São Paulo (páginas 80 a 97), devidamente aprovada na 204ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo deste Centro, realizada em 11 de abril de 2011. Para facilitar a compreensão das modificações sugeridas, anexamos também um documento em forma de tabela com a comparação entre o Regimento atual e a proposta de alteração (páginas 98 a 124).

A proposta inclui modificações significativas em relação ao regimento em vigor. Tendo sofrido pequenas alterações em 1997, 2001 e 2005, o Regimento do CEBIMar (Resoluções nº 4110, 4361, 4860, 5292) data de 1994, encontrando-se desatualizado em relação à realidade atual do Centro e às suas atribuições como Órgão de Integração da Universidade.

É também necessário que o Regimento seja ajustado aos padrões normativos, estabelecidos pelo Estatuto e Regimento Geral da Universidade, e à prática universitária vigente. Por este motivo, uma das principais alterações sugeridas é a supressão do Artigo 23 do atual Regimento, que define as Unidades afins ao CEBIMar, uma vez que a revogação da Resolução nº 4044/93, que estabelecia a Coordenação dos Institutos Especializados, pela Resolução nº 4507/97, desobriga os Institutos Especializados a estabelecerem vínculos formais com determinadas unidades. As atividades de ensino, pesquisa e extensão apresentam cada vez mais características



CENTRO DE BIOLOGIA MARINHA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

CEBIMar **USP**

Diretoria


Rodovia Manoel Hypólito do Rego, Km. 131,5
São Sebastião – SP – 11600-000 -
Tel. (12) 3862 8422 - Fax (12) 3862 8454
<http://www.usp.br/cbm> – e-mail: cebimar@usp.br

inter e multidisciplinares e o CEBIMar tem potencial para se relacionar com muitas das Unidades da USP além das formalmente consideradas suas “afins” – como de fato já ocorre –, não cabendo mais, assim, a definição e limitação de Unidades afins ao CEBIMar.

A exclusão do Artigo 23 acarreta a necessidade de outras modificações no Regimento, como a alteração da composição do Conselho Deliberativo, com a exclusão de representantes das ditas Unidades afins e a inclusão de membros que participam efetivamente das atividades do CEBIMar.

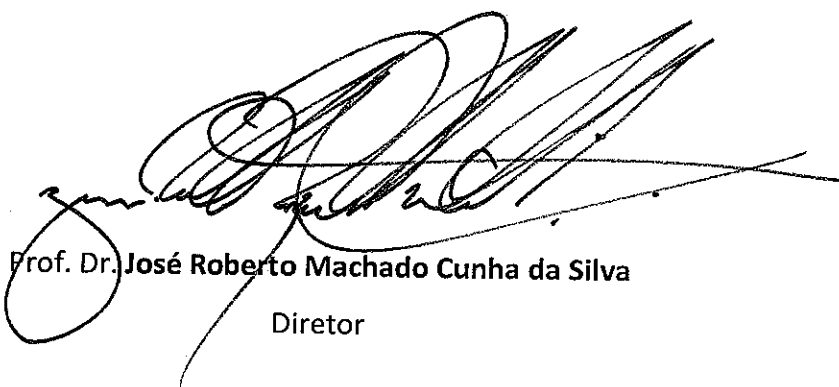
A proposta traz também uma modificação importante no que diz respeito à competência do Conselho Deliberativo do CEBIMar em relação a processos ligados à carreira docente, à semelhança com o Instituto de Estudos Brasileiros – IEB, cuja competência do Conselho Deliberativo a esse respeito é considerada, em seu Regimento Interno (Resolução nº 5831), análoga à prevista para as Congregações das Unidades de Ensino. Assim, de acordo com a proposta (Artigo 7º), o Conselho Deliberativo do CEBIMar poderá propor diretamente ao Conselho Universitário a criação de cargos docentes.

Finalmente, frente às crescentes atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas no CEBIMar, quer diretamente por seus docentes, quer pelas equipes de pesquisadores externos (docentes e alunos de graduação e pós-graduação vinculados a outras unidades) apoiados pelo Centro, sentimos a necessidade da criação de uma “Comissão Científica”, cuja competência está determinada no Artigo 13 da presente proposta de alteração de Regimento. Subordinada à Diretoria, à Comissão compete elaborar planos de pesquisa, ensino e extensão, e gerenciar e acompanhar os projetos de pesquisa, cursos de extensão, oferecimento de disciplinas optativas etc. promovidos ou apoiados pelo CEBIMar.



Outrossim, resta esclarecer que este documento tem também o propósito de reiterar nosso empenho e determinação no desenvolvimento do CEBIMar, proporcionando condições para a melhor gestão e flexibilização de suas ações acadêmicas e administrativas, de modo a atender a demanda crescente de pesquisas científicas e tecnológicas em biologia marinha e áreas correlatas e obedecer de maneira mais efetiva o princípio constitucional da eficiência.

Aproveitamos a oportunidade para apresentar a Vossa Magnificência protestos de consideração e respeito.



Prof. Dr. José Roberto Machado Cunha da Silva
Diretor

Exmo. Sr.

Prof. Dr. João Grandino Rodas

Magnífico Reitor da

Universidade de São Paulo

marg.

CENTRO DE BIOLOGIA MARINHA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

CEBIMar **USP**

Diretoria

Rodovia Manoel Hypólito do Rego, Km. 131,5
São Sebastião – SP – 11600-000 - <http://www.usp.br/cbm>
Tel. (12) 3862 8400 – Fax (12) 3862 8454
<http://www.usp.br/cbm> – e-mail: cebimar@usp.br

INFORMAÇÃO CD 06/2011

O Conselho Deliberativo deste Centro, em sua 204ª Reunião Ordinária realizada nesta data, aprovou a proposta de alteração do Regimento do CEBIMar, apresentada pela Comissão de alterações no Regimento do CEBIMar/USP.

Processo: 2001.1.42.30.0

São Sebastião, 11 de abril de 2011.



Prof. Dr. José Roberto Machado Cunha da Silva
Diretor

Comparação entre o regimento atual e a proposta de alteração do “Regimento do Centro de Biologia Marinha (CEBIMar) da Universidade de São Paulo (USP)”

Regimento atual:

Os textos em rosa foram modificados, sem alterar o significado geral da frase.

Os textos em verde foram excluídos.

Proposta de alteração:

Os textos em azul estão no Regimento atual, mas a redação foi modificada, sem alterar o significado geral da frase.

Os textos em amarelo foram incluídos.

| Regimento atual | Proposta de alteração |
|--|--|
| TÍTULO I DA INSTITUIÇÃO E SEUS FINS Artigo 1º - O Centro de Biologia Marinha (CEBIMar), como órgão de integração da Universidade de São Paulo (USP), é um Instituto Especializado, sediado em São Sebastião, SP. Artigo 2º - O CEBIMar tem por finalidades: I - desenvolver e promover o conhecimento da biologia marinha e dos seus campos interdisciplinares, através do ensino e da pesquisa; II - divulgar os resultados obtidos por meio de palestras, cursos, seminários, intercâmbio, estágios, exposições e publicações; III - promover cursos de Extensão Universitária, de Pós-Graduação nos níveis de Mestrado e Doutorado e ministrar disciplinas optativas em nível | TÍTULO I DA INSTITUIÇÃO E SUA MISSÃO Artigo 1º - O Centro de Biologia Marinha (CEBIMar), com sede em São Sebastião, SP, é um Instituto especializado e órgão de integração da Universidade de São Paulo (USP), conforme definido no artigo 6º do Estatuto e no artigo 7º de seu Regimento Geral da USP. Artigo 2º - A missão do CEBIMar é desenvolver e promover o conhecimento da biologia marinha e dos seus campos interdisciplinares, contribuindo para a preservação e conservação da biodiversidade e dos ecossistemas marinhos. <i>Parágrafo único</i> - Para cumprir a sua missão, o CEBIMar perseguirá os seguintes objetivos: I - realizar pesquisas científicas e tecnológicas no âmbito da biologia |

¹ Incluído, de forma modificada, no Artigo 30, § 1º

| Regimento atual | Proposta de alteração |
|---|---|
| <p>de graduação</p> <p>IV - prestar serviços à comunidade nas áreas de sua atuação.</p> <p>Parágrafo único - Na organização dos cursos previstos no item IV deste Regimento serão observadas as normas estabelecidas no Regimento Geral e as estabelecidas pelos Conselhos Gerais competentes</p> | <p>marinha e ciências marinhas em geral</p> <p>II – manter intercâmbio técnico-científico com as demais unidades da Universidade e instituições nacionais e internacionais, apoiando-as no desenvolvimento de atividades de ensino e pesquisa, na sua área de atuação;</p> <p>III – divulgar os resultados obtidos nas pesquisas desenvolvidas, por meio de palestras, cursos, seminários, intercâmbio, estágios, exposições e publicações;</p> <p>IV – promover cursos de extensão universitária e de pós-graduação;</p> <p>V – ministrar um conjunto temático de disciplinas em nível de graduação;</p> <p>VI – desenvolver e promover atividades de divulgação científica e educação ambiental voltadas para o ambiente marinho;</p> <p>VII – prestar serviços à comunidade nas áreas de sua atuação.</p> |
| <p>TÍTULO II</p> <p>DOS ÓRGÃOS DE DIREÇÃO</p> <p>Artigo 3º - São órgãos de direção do CEBIMar:</p> <p>I - Conselho Deliberativo (CD);</p> <p>II - Diretoria.</p> <p>CAPÍTULO I</p> <p>DO CONSELHO DELIBERATIVO</p> <p>Artigo 4º - O Conselho Deliberativo (CD) do CEBIMar será assim constituído:</p> <p>I - o Diretor do CEBIMar, seu Presidente;</p> | <p>TÍTULO II</p> <p>DOS ÓRGÃOS DE DIREÇÃO E ADMINISTRAÇÃO</p> <p>Artigo 3º – São órgãos de direção e administração do CEBIMar:</p> <p>I – Conselho Deliberativo (CD);</p> <p>II – Diretoria;</p> <p>III – Comissão Científica;</p> <p>IV – Divisão de Ensino e Pesquisa;</p> <p>V – Divisão Administrativa.</p> <p>CAPÍTULO I</p> <p>DO CONSELHO DELIBERATIVO</p> <p>Artigo 4º – São membros natos do Conselho</p> |

| Regimento atual | Proposta de alteração |
|---|--|
| <p>II - o Vice-Diretor do CEBIMar;</p> <p>III - um membro indicado pelo Reitor;</p> <p>IV - dois docentes das Unidades de Ensino e Pesquisas;</p> <p>V - um docente do Instituto de Biociências da USP;</p> <p>VI - um docente no Instituto Oceanográfico da USP;</p> <p>VII - um representante de cada categoria docente do CEBIMar, assegurada um mínimo de dois representantes no total;</p> <p>VIII - um representante dos biólogos do CEBIMar;</p> <p>IX - um representante dos servidores do CEBIMar, excluindo-se as categorias mencionadas nos itens VII e VIII;</p> <p>X - um representante discente, aluno de Pós-Graduação do CEBIMar ou das Unidades de Ensino e Pesquisa, que esteja desenvolvendo projeto no CEBIMar;</p> <p>§ 1º - Na eleição das representações previstas nos incisos IV a X serão eleitos também os respectivos suplentes;</p> <p>§ 2º - Os membros mencionados no inciso IV serão eleitos pelo Conselho de Pesquisa, admitido-se recondução;</p> <p>§ 3º - Os membros mencionados nos incisos V a X serão eleitos por seus pares, admitido-se recondução;</p> | <p>Deliberativo do CEBIMar (CD):</p> <p>I – O Diretor, seu presidente;</p> <p>II – O Vice-Diretor;</p> <p>III – O Diretor Técnico da Divisão de Ensino e Pesquisa;</p> <p>IV – O Diretor Técnico da Divisão Administrativa;</p> <p>Artigo 5º – São membros eleitos para o CD:</p> <p>I – um representante de cada categoria docente do CEBIMar;</p> <p>II – um representante do corpo discente da USP, conforme artigo 51, parágrafo 4 e artigo 203 do Regimento Geral da USP;</p> <p>III – um representante dos servidores não docentes do CEBIMar;</p> <p>§ 1º – Para eleição dos membros a que se refere este artigo, serão seguidas as instruções contidas nos artigos 215 a 235 do Regimento Geral da USP.</p> <p>§ 2º – Os candidatos à representação prevista no inciso II deverão desenvolver projetos de pesquisa em nível de pós-graduação, com o apoio do CEBIMar, conforme Título IV, Capítulo I deste Regimento.</p> <p>§ 3º – O mandato dos membros previstos nos incisos I e III será de dois anos, permitida uma recondução.</p> <p>§ 4º – O mandato do membro previsto no inciso II será de um ano, permitida uma recondução.</p> <p>Artigo 6º – Também constituem o CD:</p> <p>I – um docente da USP, em atividade ou aposentado com Termo de Adesão e de Permissão de Uso ou Termo de Colaboração e Permissão</p> |

| Regimento atual | Proposta de alteração |
|--|---|
| <p>§ 4º - O mandato dos membros do CD será de dois anos, exceto para o representante discente, cujo mandato será de um ano.</p> <p>§ 5º - Para a eleição dos membros mencionados nos incisos IV e V são consideradas ainda as Unidades de Pesquisa e Ensino relacionadas no art. 23 deste Regimento.</p> | <p>de Uso vigente, indicado pelo Reitor;</p> <p>II – um docente da USP, em atividade ou aposentado com Termo de Adesão e de Permissão de Uso ou Termo de Colaboração e Permissão de Uso vigente, indicado pelo Reitor, a partir de lista tríplice definida pelo CD;</p> <p>III – um pesquisador visitante, vinculado a instituições externas à USP, escolhido pelo CD entre os coordenadores de projetos de pesquisa apoiados pelo CEBIMar, conforme os artigos 24 e 27 deste Regimento;</p> <p>IV – um pesquisador visitante, vinculado a outras unidades da USP, escolhido pelo CD entre os coordenadores de projetos de pesquisa apoiados pelo CEBIMar, conforme os artigos 24 e 27 deste Regimento;</p> <p>V – um participante do Programa de Pós-Doutorado da USP no âmbito do CEBIMar, conforme definição no artigo 23 deste Regimento, indicado pelo CD;</p> <p>§ 1º – Para elaboração da lista tríplice prevista no inciso II, serão considerados os pesquisadores visitantes, definidos no artigo 24 deste Regimento, que sejam docentes da USP, em atividade ou aposentado com Termo de Adesão e de Permissão de Uso ou Termo de Colaboração e Permissão de Uso vigente, com titulação mínima de doutor (MS-3), e que desenvolvam ou tenham desenvolvido, nos últimos cinco anos, projetos apoiados pelo CEBIMar.</p> <p>§ 2º – O mandato dos membros previstos nos incisos I e II será de dois anos, permitida uma recondução.</p> <p>§ 3º – O mandato dos membros previstos nos incisos III, IV e V será de um ano,</p> |

| Regimento atual | Proposta de alteração |
|--|--|
| | <p>permitida uma recondução.</p> <p>§ 4º – Caso o pesquisador indicado no inciso V se desligue do Programa de Pós-Doutorado do CEBIMar, seu mandato como Conselheiro será encerrado.</p> <p>§ 5º – Na indicação dos membros de que tratam os incisos I a V serão indicados também os respectivos suplentes, que os representarão em caso de impedimentos ou vacância.</p> <p>§ 6º – Havendo vacância da titularidade e da respectiva suplência, serão escolhidos novos membros, com mandato integral.</p> |
| <p>Artigo 5º – Ao CD compete:</p> <p>I - indicar ao Reitor, por eleição, as listas tríplices de nomes para a escolha do Diretor e Vice-Diretor do CEBIMar;</p> <p>II - propor as modificações deste Regimento, aprovadas por maioria absoluta de seus membros;</p> <p>III - deliberar sobre as diretrizes, metas e prioridades a serem cumpridas pelo CEBIMar;</p> <p>IV - aprovar as propostas de cursos, projetos de pesquisa, reuniões e demais atividades de ensino, pesquisa e extensão de serviços à comunidade a serem desenvolvidas no CEBIMar;</p> <p>V - aprovar propostas de celebração de convênios, encaminhando-as aos órgãos competentes da USP;</p> <p>VI - deliberar sobre a aceitação de doações e legados quando não clausulados, encaminhando sua decisão, se favorável, ao Reitor para as providências cabíveis;</p> <p>VII - deliberar sobre a proposta de</p> | <p>Artigo 7º – Ao CD compete:</p> <p>I – indicar ao Reitor, por eleição, as listas tríplices de nomes para a escolha do Diretor e Vice-Diretor do CEBIMar;</p> <p>II – indicar, por eleição, a lista tríplice de nomes para a escolha do membro do CD previsto no artigo 6º, inciso II.</p> <p>III – indicar, por eleição, os membros do CD previstos no artigo 6º, incisos III a V;</p> <p>IV – apreciar o relatório anual das atividades do CEBIMar, apresentado pelo Diretor;</p> <p>V – referendar:</p> <p>a) as propostas encaminhadas pela Comissão Científica para realização de cursos, disciplinas, projetos de pesquisa, reuniões e demais atividades de ensino, pesquisa e extensão de serviços à comunidade;</p> <p>b) os relatórios de projetos de pesquisa apoiados</p> |

| Regimento atual | Proposta de alteração |
|--|---|
| <p>Orçamento elaborado pelo Diretor;</p> <p>VIII - deliberar sobre o relatório anual das atividades do CEBIMar, apresentado pelo Diretor;</p> <p>IX - deliberar sobre a contratação, reintegração, afastamento e dispensa de docentes;</p> <p>X - deliberar sobre a contratação e dispensa de servidores não-docentes;</p> <p>XI - propor à Congregação da Unidade a realização de concursos para a carreira docente e livre-docência, bem como os respectivos editais;</p> <p>XII - aprovar os critérios para realização dos concursos de servidores não-docentes;</p> <p>XIII - aprovar a admissão de professor visitante;</p> <p>XIV - aprovar a contratação de professor colaborador;</p> <p>XV - autorizar a realização de pesquisa por docentes e pesquisadores de outras instituições, mediante a apresentação de projetos específicos;</p> <p>XVI - decidir sobre casos disciplinares que lhe forem propostos em primeira instância ou em grau de recurso, pelo Diretor;</p> <p>XVII - apreciar os relatórios de docentes e pesquisadores desenvolvendo projetos no CEBIMar, nos termos do art. 22 deste Regimento;</p> <p>XVIII - deliberar sobre outros assuntos encaminhados pelo Diretor do CEBIMar, por membros do CD ou por delegação superior;</p> <p>XIX - exercer todas as atribuições</p> | <p>pelo CEBIMar, aprovados pela Comissão Científica, nos termos do artigo 20, inciso V deste Regimento;</p> <p>VI – aprovar:</p> <ol style="list-style-type: none"> os planos anuais e plurianuais de pesquisa, ensino e extensão de serviços à comunidade; as propostas de celebração de convênios, encaminhando-as aos órgãos competentes da USP, conforme proposição da Comissão Científica; o credenciamento de docentes de outras unidades da USP, com pesquisa e produção nas áreas temáticas do CEBIMar, e participantes do Programa de Pós-Doutorado da USP no âmbito do CEBIMar para ministrar disciplinas de graduação e pós-graduação no CEBIMar, conforme proposição da Comissão Científica; o credenciamento de participantes do Programa de Pós-Doutorado da USP no âmbito do CEBIMar, para ministrar cursos de cultura e extensão universitária e orientar projetos de iniciação científica no CEBIMar, conforme proposição da Comissão Científica; os editais de abertura, as inscrições de candidatos, a composição de comissões julgadoras e os seus relatórios, em concursos de carreira docente e de livre- |

| Regimento atual | Proposta de alteração |
|--|---|
| conferidas pelo Estatuto e Regimento Geral, bem como por delegação superior; | docência; |
| XX - resolver os casos omissos. | f) por dois terços de votos da totalidade de seus membros, a suspensão de concursos de carreira docente e de livre-docência; |
| § 1º - Para as atividades desonhas nos artigos XX e XXI, a consideração competente a Congregação mencionada no parágrafo único do art. 12 deste Regimento. | g) o resultado de desempate de resultados em concursos docentes ao apreciar os relatórios das comissões julgadoras, prevalecendo sucessivamente a maior média geral obtida, o maior título universitário e o maior tempo de serviço docente na USP; |
| | h) as propostas de nomeação, ou admissão, transferência, reativação ou afastamento, exoneração ou dispensa e renovação contratual dos servidores docentes e não docentes do CEBIMar, conforme as normas superiores; |
| | i) as propostas de alteração deste Regimento, por dois terços de votos da totalidade de seus membros, encaminhando-as aos órgãos superiores. |
| | VII – deliberar sobre: |
| | a) as diretrizes, metas e prioridades a serem seguidas pelo CEBIMar, estabelecidas pelo Diretor; |
| | b) as decisões da Comissão Científica, em grau de recurso; |
| | c) a impugnação de atos do Diretor; |
| | d) as propostas de criação de cargos da |

Diretoria

Rodovia Manoel Hypólito do Rego, Km. 131,5
São Sebastião – SP – 11600-000
Tel. (12) 3862 8400 – Fax (12) 3862 8454
http://www.usp.br/cbm – e-mail: cebimar@usp.br

| Regimento atual | Proposta de alteração |
|-----------------|--|
| | carreira docente; |
| | e) as propostas de criação de funções técnico-administrativas; |
| | f) as mudanças na estrutura administrativa do CEBIMar; |
| | g) a contratação de servidores docentes e não docentes, e sobre os critérios da respectiva seleção a ser realizada mediante concurso público, observadas as normas da USP; |
| | h) as propostas de candidatos a professor visitante ou professor colaborador; |
| | i) o plano orçamentário anual encaminhado pelo Diretor, baseado nas dotações orçamentárias destinadas ao CEBIMar pela Reitoria; |
| | j) as doações, as subvenções e os legados, sem prejuízo da apreciação, quando necessária, pelos órgãos competentes, observadas as disposições legais; |
| | k) as sanções disciplinares a servidores docentes ou não docentes que forem apresentadas ou em grau de recurso; |
| | l) os casos omissos do |

| Regimento atual | Proposta de alteração |
|--|--|
| | presente Regimento; m) outros assuntos encaminhados pelo Diretor ou pelos Conselheiros do CD; VIII – exercer todas as atribuições conferidas pelo Estatuto e Regimento Geral da Universidade de São Paulo, bem como por delegação superior. |
| <p>Artigo 6º - As sessões do CD serão ordinárias mensais, segundo calendário pre-estabelecido, e extraordinárias, sempre que convocadas pelo Diretor ou pela maioria de seus membros.</p> <p>§ 1º - As reuniões serão instaladas e terão prosseguimento com a presença de mais da metade de seus membros.</p> <p>§ 2º - Não havendo quorum, o Conselho será convocado para nova reunião 48 horas depois, com a mesma pauta.</p> <p>§ 3º - Caso não haja quorum para a segunda reunião, o Conselho reunir-se-á, em terceira convocação, 30 minutos depois com qualquer número, não podendo deliberar sobre matérias para as quais quorum especial é exigido.</p> | <p>Artigo 8º - As reuniões e decisões do CD seguirão o estabelecido no artigo 102 do Estatuto e Título IX do Regimento Geral da USP.</p> <p>§ 1º - O CD reunir-se-á em sessões ordinárias, a cada dois meses, segundo calendário pre-estabelecido, e extraordinárias, sempre que convocadas pelo Diretor ou por dois terços de seus membros.</p> <p>§ 2º - As reuniões serão instaladas e terão prosseguimento com a presença de mais da metade de seus membros.</p> <p>§ 3º - Não havendo quorum, o Conselho será convocado para nova reunião 48 horas depois, com a mesma pauta.</p> <p>§ 4º - Caso não haja quorum para a segunda reunião, o Conselho reunir-se-á, em terceira convocação, 30 minutos depois, com qualquer número, não podendo deliberar sobre matérias para as quais quorum especial é exigido.</p> <p>§ 5º - O membro do CD que não comparecer a quatro reuniões consecutivas e não justificar sua ausência terá seu mandato como Conselheiro cancelado.</p> |

| Regimento atual | Proposta de alteração |
|--|---|
| <p>CAPÍTULO II</p> <p>DO DIRETOR</p> <p>Artigo 7º – O Diretor será designado pelo Reitor, de uma lista tríplice votada pelo CD.</p> <p>§ 1º – São elegíveis à lista tríplice todos os docentes do CEBIMar e das Unidades de Ensino e Pesquisa insc. com titulação mínima de Professor Doutor.</p> <p>§ 2º – São consideradas ainda as Unidades de Ensino e Pesquisa mencionadas no art. 23 deste Regimento.</p> <p>§ 3º – O Diretor poderá delegar atribuições ao Vice-Diretor.</p> <p>§ 4º – O mandato do Diretor será de quatro anos, vedada a recondução.</p> <p>§ 5º – O Diretor será substituído em suas faltas e impedimentos pelo Vice-Diretor, docente do quadro próprio do CEBIMar, de acordo no mínimo, do título de Doutor, designado pelo Reitor a partir de lista tríplice elaborada pelo Conselho Deliberativo.</p> <p>§ 6º – No mínimo quinze dias antes do término do mandato do Diretor o CD será convocado pelo Presidente para, em sessão extraordinária, eleger os componentes da lista tríplice a ser encaminhada ao Reitor.</p> <p>§ 7º – Na vacância das funções de Diretor a Diretoria será exercida, interinamente, pelo Vice-Diretor, o qual convocará o CD no prazo máximo de quinze dias, para elaboração de nova lista tríplice a ser encaminhada ao Reitor.</p> <p>§ 8º – Na vacância do cargo de Diretor e do Vice-Diretor ou em suas faltas e</p> | <p>CAPÍTULO II</p> <p>DO DIRETOR</p> <p>Artigo 9º – O Diretor será designado pelo Reitor, a partir de uma lista tríplice votada pelo CD.</p> <p>§ 1º – São elegíveis à lista tríplice para eleição de Diretor do CEBIMar:</p> <ol style="list-style-type: none">os docentes do quadro próprio do CEBIMar, com titulação mínima de livre-docência (MS-5);os pesquisadores visitantes, definidos no artigo 24 deste Regimento, que sejam docentes da USP em atividade, com titulação mínima de livre-docência (MS-5) e que desenvolvam ou tenham desenvolvido, nos últimos cinco anos, projetos apoiados pelo CEBIMar;outros docentes da USP, com titulação mínima de livre-docência (MS-5), com reconhecido mérito em pesquisas no âmbito da biologia marinha ou ciências marinhas, sugeridos por pelo menos três membros do CD; <p>§ 2º – O Diretor será substituído em suas faltas e impedimentos pelo Vice-Diretor.</p> <p>§ 3º – O Vice-Diretor será designado pelo Reitor, a partir de uma lista tríplice votada pelo CD, com nomes de docentes do quadro próprio do CEBIMar, portadores no mínimo, do título de doutor (MS-3).</p> <p>§ 4º – O Diretor poderá delegar atribuições ao Vice-Diretor, que, neste caso, deverá contar com os meios e os</p> |

| Regimento atual | Proposta de alteração |
|---|---|
| <p>impedimentos, a Diretoria será exercida pelo Conselheiro decano, que deverá observar o disposto no parágrafo anterior, quando for o caso.</p> | <p><i>auxiliares indispensáveis para o desempenho de suas responsabilidades.</i></p> <p><i>§ 5º – O mandato do Diretor e do Vice-Diretor será de quatro anos, vedada a recondução, conforme artigo 46, parágrafo 2º, do Estatuto da USP.</i></p> <p><i>§ 6º – No mínimo sessenta dias antes do término do mandato do Diretor e do Vice-Diretor, o CD será convocado pelo Presidente para, em sessão extraordinária, eleger os componentes das listas tríplices a serem encaminhadas ao Reitor.</i></p> <p><i>§ 7º – Na vacância das funções de Diretor, a Diretoria será exercida, interinamente, pelo Vice-Diretor, o qual convocará o CD no prazo máximo de quinze dias, para elaboração de nova lista tríplice a ser encaminhada ao Reitor.</i></p> <p><i>§ 8º – Na vacância das funções de Diretor e Vice-Diretor, como na falta ou impedimento de ambos, a Diretoria será exercida pelo docente da mais alta categoria do quadro de docentes do CEBIMar e com maior tempo de serviço docente na Universidade, nesta ordem, que deverá observar o disposto no parágrafo anterior, quando for o caso.</i></p> |
| <p>Artigo 8º - Ao Diretor compete:</p> <ul style="list-style-type: none"> I - administrar e superintender todas as atividades do CEBIMar; I - exercer o poder disciplinar no âmbito da Instituição; III - representar o CEBIMar; IV - convocar e presidir as reuniões do CD, com direito a voto, além do de | <p>Artigo 10 – Ao Diretor compete:</p> <ul style="list-style-type: none"> I – administrar e coordenar todas as atividades do CEBIMar; II – coordenar a elaboração de proposições de diretrizes, metas e prioridades para o CEBIMar; III – exercer o poder disciplinar no âmbito da Instituição; IV – representar o CEBIMar em juízo e fora dele; |

| Regimento atual | Proposta de alteração |
|---|--|
| qualidade, em casos de empate; | V – convocar e presidir as reuniões do CD, com direito a voto, além do de qualidade, em casos de empate; |
| V - dar cumprimento às deliberações emanadas do CD; | VI – encaminhar ao CD planos, propostas, pareceres e recomendações da Comissão Científica; |
| VI - coordenar a elaboração do orçamento submetendo-o a aprovação do CD. | VII – dar cumprimento às deliberações emanadas do CD; |
| VII - elaborar o relatório anual do CEBIMar a ser encaminhado ao CD; | VIII – coordenar a elaboração do plano orçamentário anual baseado nas dotações orçamentárias destinadas ao CEBIMar pela Reitoria, submetendo-o a aprovação do CD. |
| VIII - providenciar a abertura dos concursos para a carreira docente e para os servidores não-docentes conforme as normas gerais da USP; | IX – elaborar o relatório anual do CEBIMar a ser encaminhado ao CD; |
| IX - encaminhar à Reitoria as propostas de nomeação, contratação, relotação, afastamento e dispensa de docentes e de servidores não-docentes; | X – providenciar a abertura dos concursos da carreira docente e da livre-docência; |
| X - zelar pela fiel execução do Estatuto, Regimento Geral e do Regimento do CEBIMar; | XI – providenciar a abertura dos concursos das carreiras não docentes, de acordo com as normas gerais da USP; |
| XI - exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto, Regimento Geral e pelo Regimento do CEBIMar, ou por delegação superior. | XII – encaminhar à Reitoria as propostas de nomeação, contratação, relotação, afastamento e dispensa de docentes e de servidores não-docentes, após a aprovação pelo CD; |
| | XIII – submeter ao CD a proposta de criação de cargos e funções, docentes e não docentes, necessários às atividades do CEBIMar; |
| | XIV – apreciar e submeter ao CD os programas anuais e plurianuais de pesquisa, ensino, cultura e extensão universitária, elaborados pela Comissão Científica; |
| | XV – designar Comissões para assessorá-lo; |
| | XVI – zelar pela fiel execução do Estatuto e do Regimento Geral da USP e do Regimento do CEBIMar; |
| | XVII – exercer outras atribuições que forem a ele conferidas pelo Estatuto e |

| Regimento atual | Proposta de alteração. |
|-----------------|---|
| | pelo Regimento Geral da USP e também pelo Regimento do CEBIMar, ou por delegação superior. |
| | <p style="text-align: center;">CAPÍTULO III DA COMISSÃO CIENTÍFICA</p> <p>Artigo 11 – São membros da Comissão Científica do CEBIMar:</p> <p>I – o Diretor Técnico da Divisão de Ensino e Pesquisa, seu Presidente;</p> <p>II – o substituto do Diretor Técnico da Divisão de Ensino e Pesquisa, seu Vice-Presidente;</p> <p>III – dois representantes dos docentes do CEBIMar;</p> <p>IV – um participante do Programa de Pós-Doutorado da USP no âmbito do CEBIMar, conforme definição no artigo 23 deste Regimento, indicado pelo CD;</p> <p>V – um pesquisador visitante, coordenador de projeto de pesquisa apoiado pelo CEBIMar, conforme artigos 24 e 27 deste Regimento, indicado pelo CD;</p> <p>§ 1º – Para eleição dos membros a que se refere o inciso III serão seguidas as instruções contidas nos artigos <u>215 a 221</u>, do Regimento Geral da USP;</p> <p>§ 2º – O mandato dos membros previstos no inciso III será de dois anos, permitida uma recondução.</p> <p>§ 3º – O mandato dos membros previstos no inciso IV e V será de um ano, permitida uma recondução.</p> <p>§ 4º – Caso o pesquisador indicado no inciso V se desligue do Programa de Pós-Doutorado do CEBIMar, seu mandato como membro da Comissão Científica</p> |

| Regimento atual | Proposta de alteração |
|-----------------|--|
| | <p><i>será encerrado.</i></p> <p><i>§ 5º – Na indicação dos membros de que tratam os incisos IV e V será indicado também o respectivo suplente, que o representará em caso de impedimentos ou vacância.</i></p> <p><i>§ 6º – Havendo vacância da titularidade e da respectiva suplência dos membros que tratam os incisos IV e V, o CD escolherá novos membros, com mandato integral.</i></p> <p>Artigo 12 – Também compõem a Comissão científica, em caráter de membros convidados:</p> <p>I – um representante dos educadores do quadro de servidores não docentes do CEBIMar, indicado pelo CD;</p> <p>II – o bibliotecário chefe da Seção de Biblioteca do CEBIMar;</p> <p>III – um representante dos servidores não docentes que desenvolvam suas atividades na área laboratorial, indicado pelo CD;</p> <p><i>§ 1º – Os membros convidados previstos nos incisos I a III não terão direito a voto nas decisões tomadas pela Comissão, podendo, entretanto, participar livremente das discussões no âmbito da Comissão Científica.</i></p> <p><i>§ 2º – A indicação dos membros convidados previstos nos incisos I e III será feita a cada dois anos, permitidas reconduções.</i></p> <p><i>§ 3º – Não haverá indicação de membros suplentes dos membros convidados previstos nos incisos I e III.</i></p> <p>Artigo 13 – Compete à Comissão Científica:</p> <p>I – zelar pela liberdade de criação</p> |

| Regimento atual | Proposta de alteração |
|-----------------|---|
| | <p>individual na atividade de pesquisa;</p> <p>II – elaborar os planos anuais e plurianuais de pesquisa, ensino e extensão de serviços à comunidade, encaminhando-os para apreciação da Diretoria;</p> <p>III – deliberar sobre:</p> <p>a) as propostas de realização no CEBIMar de cursos, disciplinas, projetos de pesquisa, reuniões e demais atividades de ensino, pesquisa e extensão de serviços à comunidade, encaminhando para o CD do CEBIMar as propostas aprovadas;</p> <p>b) os relatórios de projetos de pesquisa apoiados pelo CEBIMar, nos termos do artigo 29, inciso V deste Regimento, encaminhando para o CD do CEBIMar os relatórios aprovados.</p> <p>c) as solicitações de alteração de plano de trabalho dos projetos de pesquisa apoiados pelo CEBIMar, nos termos do artigo 29, inciso III deste Regimento, encaminhando para o CD do CEBIMar as solicitações aprovadas.</p> <p>IV – promover atividades de pós-doutorado, conforme artigo 23 e 25 deste Regimento;</p> <p>V – acompanhar os projetos de pesquisa apoiados pelo CEBIMar, conforme artigos 22 a 29 deste Regimento;</p> <p>VI – propor ao CD, ouvido o Diretor:</p> <p>a) o credenciamento de docentes de outras unidades da USP, com pesquisa e produção nas áreas temáticas do CEBIMar, para ministrar disciplinas de graduação e</p> |

| Regimento atual | Proposta de alteração |
|-----------------|---|
| | <p>pós-graduação no CEBIMar;</p> <p>b) o credenciamento de participantes do Programa de Pós-Doutorado da USP, para ministrar cursos de cultura e extensão universitária no CEBIMar;</p> <p>c) a celebração de convênios;</p> <p>d) a realização de disciplinas e cursos;</p> <p>e) alterações na infraestrutura do CEBIMar e aquisição de equipamentos e insumos.</p> <p>VII – assessorar o CD e a Diretoria, quando solicitada, em matérias relacionadas às atividades de pesquisa, ensino e extensão;</p> <p>VIII – estimular atividades de cooperação científica, em nível nacional e internacional;</p> <p>IX – opinar sobre matérias que lhe sejam submetidas pelo CD e pela Diretoria do CEBIMar;</p> <p>X – colaborar na elaboração do relatório anual do CEBIMar, na parte referente às atividades de pesquisa, de ensino e de extensão cultural;</p> <p>XI – exercer as demais funções que lhe forem conferidas pelo CD e pela Diretoria do CEBIMar;</p> <p><i>Parágrafo único – As normas de funcionamento da Comissão Científica serão fixadas em regimento próprio, aprovado pelo CD.</i></p> <p>Artigo 14 – A Comissão Científica reunir-se-á a cada trinta dias, ou extraordinariamente, quando convocada pelo seu Presidente.</p> |
| | <p style="text-align: center;">CAPÍTULO IV DA DIVISÃO DE ENSINO E PESQUISA</p> |

| Regimento atual | Proposta de alteração |
|-----------------|---|
| | <p>Artigo 15 – A Divisão de Ensino e Pesquisa (DVENPES), de caráter multidisciplinar, é encarregada da consecução das finalidades do CEBIMar no campo do ensino, da pesquisa e da cultura e extensão universitária.</p> <p>Artigo 16 – Faz parte da DVENPES o corpo de docentes do CEBIMar, bem como servidores técnico-administrativos da área laboratorial e acadêmica.</p> <p>Artigo 17 – O Diretor Técnico da DVENPES será escolhido pela Diretoria do CEBIMar, respeitadas as normas vigentes.</p> <p>Artigo 18 – Compete à DVENPES:</p> <ul style="list-style-type: none">I – administrar as atividades de pesquisa, ensino e extensão universitária do CEBIMar/USP;II – praticar as ações necessárias para a realização de cursos e disciplinas no CEBIMar;III – emitir parecer sobre propostas de realização no CEBIMar de cursos, disciplinas, projetos de pesquisa, reuniões e demais atividades de ensino, pesquisa e extensão de serviços à comunidade, encaminhando-as para a Comissão Científica;IV – gerenciar a atualização do cadastro das atividades de pesquisa levadas a efeito no CEBIMar, transmitindo à Seção de Biblioteca as informações pertinentes. |
| | <p style="text-align: center;">CAPITULO V</p> <p style="text-align: center;">DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA</p> <p>Artigo 19 – A Divisão Administrativa (DVADM) é encarregada de propiciar a infraestrutura necessária para a realização das atividades fins do CEBIMar, no campo da pesquisa, do ensino e da cultura e extensão universitária.</p> |

| Regimento atual | Proposta de alteração |
|-----------------|---|
| | <p>Artigo 20 – O Diretor da DVADM será escolhido pela Diretoria do CEBIMar, respeitadas as normas vigentes.</p> <p>Artigo 21 – Compete à DVADM gerenciar as áreas administrativas e operacionais do CEBIMar.</p> |
| | <p style="text-align: center;">TÍTULO III DA PESQUISA</p> <p style="text-align: center;">CAPÍTULO I DO APOIO A PROJETOS DE PESQUISA E DO PROGRAMA DE PÓS-DOCTORADO</p> <p>Artigo 22 – No desempenho de suas competências na área de pesquisa, o CEBIMar contará com:</p> <ul style="list-style-type: none"> I – docentes de seu quadro próprio; II – participantes do Programa de Pós-Doutorado da USP no âmbito do CEBIMar; III – pesquisadores visitantes. <p>Artigo 23 – Os participantes do Programa de Pós-Doutorado da USP no âmbito do CEBIMar são pesquisadores com projeto de pesquisa aprovado pela Comissão Científica e pelo CD, conforme normas definidas pela Resolução USP 4868/2010 e alterações posteriores.</p> <p>Artigo 24 – Os pesquisadores visitantes são especialistas externos ao CEBIMar, portadores ou não de titulação acadêmica, que desenvolvem projetos de pesquisa no CEBIMar, no âmbito da biologia marinha e das ciências marinha, por tempo determinado, após aprovação pela Comissão Científica e pelo CD.</p> <p>§ 1º – A participação em projetos de pesquisa apoiados pelo CEBIMar não gera vínculo empregatício ou funcional</p> |

| Regimento atual | Proposta de alteração |
|-----------------|--|
| | <p><i>entre a Universidade e os pesquisadores visitantes e não prevê qualquer remuneração ao pesquisador por parte da USP.</i></p> <p><i>§ 2º – A aprovação dos projetos de pesquisa pela Comissão Científica e pelo CD se dará conforme as disponibilidades de infraestrutura, espaço e serviços no CEBIMar para a realização das atividades previstas no projeto.</i></p> <p><i>§ 3º – O uso das instalações do CEBIMar, por parte dos pesquisadores visitantes, pode estar sujeito a cobrança de taxas.</i></p> <p>Artigo 25 – Os procedimentos para submissão e desenvolvimento dos projetos de pesquisa no CEBIMar, incluindo os projetos do Programa de Pós-Doutorado da USP no âmbito do CEBIMar, serão definidos pela Comissão Científica e praticados pela DVENPES.</p> <p>Artigo 26 – Preservada a liberdade de pesquisa, os pesquisadores visitantes e os participantes do Programa de Pós-Doutorado da USP no âmbito do CEBIMar devem observar as diretrizes acadêmicas definidas pela Comissão Científica e aprovadas pelo CD e as normas administrativas do CEBIMar.</p> <p>Artigo 27 – Cada projeto de pesquisa a ser desenvolvido no CEBIMar, incluindo os do Programa de Pós-Doutorado da USP, deverá ser dirigido por um coordenador.</p> <p><i>Parágrafo único – A coordenação de um projeto de pesquisa deverá seguir as normas definidas pela Comissão Científica e aprovadas pelo CD.</i></p> <p>Artigo 28 – O coordenador do projeto de pesquisa deverá apresentar à Comissão Científica um plano de trabalho, expondo as condições e prazos para realização do projeto de pesquisa, conforme normas definidas pela</p> |

| Regimento atual | Proposta de alteração |
|-----------------|--|
| | <p>Comissão Científica e aprovadas pelo CD.</p> <p>Artigo 29 – Ao coordenador de um projeto de pesquisa compete:</p> <ul style="list-style-type: none">I – gerenciar o desenvolvimento do projeto de pesquisa, cuidando para que suas metas sejam atingidas e o cronograma cumprido satisfatoriamente;II – solicitar à DVENPES a infraestrutura necessária para desenvolvimento das atividades do projeto, de acordo com o definido no plano de trabalho inicial;III – encaminhar à DVENPES eventuais necessidades de alteração nas condições e prazos definidos no plano de trabalho inicial, para submissão à Comissão Científica e ao CD;IV – avaliar solicitações de pesquisadores que queiram ingressar no projeto de pesquisa e comunicar à DVENPES alterações na composição da equipe;V – elaborar o relatório anual e o relatório final a serem submetidos à Comissão Científica e ao CD;VI – estimular a produção de artigos e outros documentos sobre os estudos desenvolvidos pelos integrantes do projeto de pesquisa;VII – planejar atividades públicas sobre os temas de trabalho da equipe, tais como conferências, seminários e outros tipos de eventos acadêmicos;VIII – zelar pela devida atribuição de créditos ao apoio recebido do CEBIMar em toda produção gerada pelo projeto de pesquisa, conforme as normas definidas pela Comissão Científica e aprovadas pelo CD. |

| Regimento atual | Proposta de alteração |
|--|--|
| <p>Do Ensino</p> <p>Artigo 21 - O CEBIMar ministrará disciplinas obrigativas em nível de Graduação, cursos de Extensão Universitária de curta e longa duração, bem como programas de Pós-Graduação, obedecendo a legislação vigente.</p> | <p>TÍTULO IV</p> <p>DO ENSINO</p> <p>Artigo 30 – O ensino no CEBIMar será ministrado em cursos de pós-graduação nos níveis de mestrado e doutorado, em conjuntos temáticos de disciplinas em nível de graduação, bem como em cursos de cultura e extensão universitária.</p> <p>§ 1º – Na organização dos cursos previstos neste artigo serão observadas as normas estabelecidas no Regimento Geral e as estipuladas pelos Conselhos Centrais competentes.</p> <p>§ 2º – Os docentes do CEBIMar poderão ser credenciados para ministrar disciplinas de graduação e/ou de pós-graduação em quaisquer unidades da USP ou de outras instituições.</p> <p>§ 3º – Os docentes de outras unidades da USP, com pesquisa e produção nas áreas temáticas do CEBIMar, e participantes do Programa de Pós-Doutorado da USP no âmbito do CEBIMar poderão ser credenciados pelo CD, ouvida a Comissão Científica, para ministrar disciplinas de graduação e pós-graduação no CEBIMar.</p> <p>§ 4º – Os participantes do Programa de Pós-Doutorado da USP no âmbito do CEBIMar, definidos no artigo 23 deste Regimento, poderão ser credenciados pelo CD, ouvida a Comissão Científica, para ministrar cursos de cultura e extensão universitária e orientar projetos de iniciação científica no CEBIMar.</p> <p>§ 5º – A carga horária e demais atividades dos docentes do CEBIMar serão computadas pelo CEBIMar para efeitos da política de contratação dos docentes da</p> |

| Regimento atual | Proposta de alteração |
|---|---|
| | <p>USP.</p> <p>Artigo 31 – Docentes de outras unidades da USP e de instituições externas à USP poderão solicitar a utilização da infraestrutura do CEBIMar para realização de cursos e disciplinas.</p> <p><i>Parágrafo único – Para realização de cursos e disciplinas sob responsabilidade de outras unidades da USP e de instituições externas à USP deverão ser observadas as diretrizes acadêmicas definidas pela Comissão Científica e as normas administrativas do CEBIMar.</i></p> |
| | <p>TÍTULO V</p> <p>DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À COMUNIDADE E</p> <p>DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA</p> <p>Artigo 32 – O CEBIMar prestará à comunidade, através de sua Divisão de Ensino e Pesquisa, serviços de identificação de material biológico, pareceres, laudos técnicos, e outros serviços dentro de seu campo de atuação.</p> <p>Artigo 33 – Além dos cursos de cultura e extensão universitária, o CEBIMar oferecerá à comunidade atividades voltadas para a educação científica e ambiental e para a preservação e conservação dos ecossistemas marinhos.</p> |
| <p>TÍTULO III</p> <p>DA ATIVIDADE DOCENTE</p> <p>Artigo 9º - O CEBIMar Instituto Especializado, sendo equiparado, para fins de ingresso e progressão na carreira, aos Departamentos da Universidade de São Paulo, terá carreira docente que seguirá as normas estatutárias e regimentais de acordo com o art. 62 do Regimento Geral.</p> | <p>TÍTULO VI</p> <p>DA CARREIRA DOCENTE</p> <p>Artigo 34 – O CEBIMar, de acordo com o artigo 62 do Regimento Geral da USP, equipara-se, para fins de ingresso e progressão na carreira, aos Departamentos da Universidade de São Paulo, e tem carreira docente que segue as normas estatutárias e regimentais.</p> |

| Regimento atual | Proposta de alteração |
|--|--|
| <p>Artigo 10 - O desempenho das atividades docentes, e no que couber aos concursos da carreira docente, far-se-á de acordo com o Estatuto, o Regimento Geral e pelo que dispõe este Regimento, dentro das seguintes categorias:</p> <p>I - Auxiliar de Ensino</p> <p>II - Assistente</p> <p>III - Professor Doutor</p> <p>IV - Professor Associado</p> <p>V - Professor Titular</p> <p>Parágrafo único - As categorias docentes mencionadas nos incisos II e V constituem a carreira docente.</p> <p>Artigo 11 - As categorias de Professor Doutor e Professor Titular constituem cargos da carreira docente, e serão providos na forma da legislação vigente.</p> <p>Artigo 12 - A função de Professor Associado será exercida por docentes que obtiverem o título de Livre-Docente em área correlata a de sua atuação, observado o art. 202 do Regimento Geral.</p> <p>Artigo 13 - A critério do CD, o CEBIMar poderá admitir professores visitantes e colaboradores.</p> <p style="text-align: center;">CAPÍTULO II</p> <p style="text-align: center;">Da Avaliação Da Produção Dos Docentes</p> <p>Artigo 20 - A atividade docente será avaliada de acordo com o que dispuser a Comissão Permanente de Avaliação (CPA) da USP, conforme estabelece o art. 202 do Regimento Geral.</p> | <p>Artigo 35 – Os cargos da carreira docente serão criados no CEBIMar, mediante proposta aprovada pelo CD e submetida ao Conselho Universitário.</p> <p>Artigo 36 – O desempenho das atividades docentes e, no que couber, os concursos da carreira docente, far-se-á de acordo com o Estatuto e com o Regimento Geral da USP e pelo que dispõe este Regimento.</p> <p>Artigo 37 – As categorias de Professor Doutor e Professor Titular constituem cargos da carreira docente e serão providos na forma da legislação vigente.</p> <p>Artigo 38 – A atividade docente será avaliada de acordo com o que dispuser a Comissão Permanente de Avaliação (CPA) da USP, conforme estabelece o artigo 202 do Regimento Geral da USP.</p> |
| CAPÍTULO I | CAPÍTULO I |

| Regimento atual | Proposta de alteração |
|---|---|
| <p>DOS CONCURSOS PARA A CARREIRA DOCENTE</p> <p>Artigo 14 - As normas para os concursos da carreira docente e para a Livre-Docência no CEBIMar são as mesmas definidas no Artigo 14 do Regimento Geral da USP para as Unidades de Ensino.</p> <p>Parágrafo único - Fica estabelecido que a Congregação do Instituto de Biociências (IBUSP) tem competência para deliberar sobre a matéria constante dos incisos VII a XI do Artigo 14 do Regimento Geral.</p> <p>Artigo 15 - São as seguintes as provas e os respectivos pesos para o concurso de Professor Doutor:</p> <p>I - julgamento de memorial com prova pública de arguição, peso = 5;</p> <p>II - prova didática, peso = 3;</p> <p>III - prova escrita, peso = 3.</p> <p>§ 1º - As inscrições para os concursos de Professor Doutor serão abertas pelo prazo de 60 dias, conforme o Artigo 15 do Regimento Geral.</p> <p>§ 2º - O concurso deverá ser realizado no prazo de trinta a cento e vinte dias após a aprovação das inscrições, de acordo com o parágrafo único do Artigo 15 do Regimento Geral.</p> <p>§ 3º - O concurso e as suas provas serão realizados segundo os termos dos Artigos 15 a 17 do Regimento Geral.</p> <p>Artigo 16 - São as seguintes as provas e os respectivos pesos para o concurso para o cargo de Professor Titular:</p> <p>I - julgamento de títulos, peso = 5;</p> | <p>DOS CONCURSOS PARA A CARREIRA DOCENTE</p> <p>Artigo 39 - As normas para os concursos da carreira docente e para a Livre-Docência no CEBIMar são as mesmas definidas no Regimento Geral da USP para as Unidades de Ensino.</p> <p>Artigo 40 - São as seguintes as provas e os respectivos pesos para o concurso de Professor Doutor:</p> <p>I - julgamento de memorial com prova pública de arguição, peso = 3;</p> <p>II - prova didática, peso = 1;</p> <p>III - prova escrita, peso = 1.</p> <p>Parágrafo único - As inscrições para os concursos de Professor Doutor serão abertas pelo prazo de 90 dias, e serão realizadas nos termos do Regimento Geral da USP.</p> <p>Artigo 41 - São as seguintes as provas e os respectivos pesos para o concurso para o cargo de Professor Titular:</p> <p>I - julgamento de títulos, peso = 3;</p> <p>II - prova pública oral de erudição, peso = 1;</p> <p>III - prova pública de arguição, peso = 1.</p> <p>Artigo 42 - Na prova pública de arguição e no julgamento dos títulos, os membros da Comissão Julgadora analisarão a regularidade da produção científica do candidato, sua capacidade de liderança na área de atuação, medida pela projeção alcançada pelas suas atividades científicas, didáticas e de extensão, bem como pela formação e orientação de alunos.</p> <p>Artigo 43 - São as seguintes as provas e os respectivos pesos no concurso para obtenção</p> |

| Regimento atual | Proposta de alteração |
|---|---|
| <p>II - prova pública oral de erudição, peso = 3;</p> <p>III - prova pública de arguição, peso = 3.</p> <p>§ 1º - As inscrições para os concursos de Professor Titular serão abertas pelo prazo de trinta dias, conforme o art. 181 do Regimento Geral.</p> <p>§ 2º - O concurso deverá ser realizado no prazo de trinta e cinco dias após a aprovação das inscrições, de acordo com o parágrafo segundo do art. 181 do Regimento Geral.</p> <p>§ 3º - O concurso e as suas provas serão realizados segundo os termos dos artigos 179 a 181 do Regimento Geral.</p> <p>Artigo 17 - São as seguintes as provas e os respectivos pesos no concurso para obtenção do título de Livre-Docente:</p> <p>I - prova escrita, peso = 2;</p> <p>II - defesa de tese ou de texto que sistematize criticamente a obra do candidato ou parte dela, peso = 2;</p> <p>III - julgamento de memorial com prova pública de arguição, peso = 4;</p> <p>IV - avaliação didática, peso = 2.</p> <p>§ 1º - As inscrições ao concurso para obtenção do título de Livre-Docente serão abertas <u>semestralmente, por quinze dias úteis</u>, nos meses de março e agosto, de acordo com <u>os artigos 179 a 181 do</u> Regimento Geral.</p> <p>§ 2º - O concurso deverá ser realizado no prazo máximo de cento e vinte dias após a abertura da inscrição, de acordo com o parágrafo único do art.</p> | <p>do título de Livre-Docente:</p> <p>I - prova escrita, peso = 1;</p> <p>II - defesa de tese ou de texto que sistematize criticamente a obra do candidato ou parte dela, peso = 3;</p> <p>III - julgamento de memorial com prova pública de arguição, peso = 3;</p> <p>IV - avaliação didática, peso = 1.</p> <p>§ 1º - As inscrições ao concurso para obtenção do título de Livre-Docente serão abertas no mínimo uma vez por ano, por trinta dias, de acordo com o Regimento Geral da USP.</p> <p>§ 2º - O concurso e as suas provas serão realizados segundo os termos dos <u>artigos 167 a 181 do Regimento Geral da USP.</u></p> <p>Artigo 44 - Nas provas públicas de arguição para os concursos de Professor Doutor, Livre-Docência e Professor Titular, caberá a cada examinador um tempo de trinta minutos para apresentar suas questões e igual tempo ao candidato para as respostas, podendo, de comum acordo entre candidato e examinador, a arguição ser realizada na forma de diálogo, utilizando tempo máximo de sessenta minutos.</p> |

| Regimento atual | Proposta de alteração |
|--|--|
| <p>Ponto do Regimento Geral</p> <p>§ 3º - A prova de avaliação didática poderá ser constituída de aula, em nível de Pós-Graduação, ou de elaboração, por escrito, de plano de aula, conjunto de aulas ou programa de uma disciplina, conforme for estabelecido no Edital do Concurso.</p> <p>§ 4º - O concurso e as suas provas serão realizados segundo os termos dos pontos do Regimento Geral.</p> <p>Artigo 18 - Nas provas públicas de arguição para os concursos de Professor Doutor, Livre-Docência e Professor Titular, caberá a cada examinador um tempo de trinta minutos para apresentar suas questões e igual tempo ao candidato para as respostas, podendo, de comum acordo entre candidato e examinador, a arguição ser realizada na forma de diálogo, utilizando tempo máximo de sessenta minutos.</p> <p>Artigo 19 - O regime de trabalho do CEBIMar é preferencialmente o de RDIDP, como preconizado no Regimento Geral.</p> | |
| <p>Das Disposições Gerais E Transitórias</p> <p>Artigo 22 - Docentes e Pesquisadores da USP, que desenvolvam pesquisas no CEBIMar, deverão apresentar ao CD, anualmente, relatório de atividades.</p> <p>Parágrafo Único - Docentes e Pesquisadores de outras instituições oficiais ou privadas poderão, mediante autorização do CD, sem vínculo empregatício, desenvolver atividades de pesquisa no CEBIMar, devendo anualmente apresentar o respectivo relatório.</p> | <p>TÍTULO VII</p> <p>DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS</p> <p>Artigo 45 - O presente regimento poderá ser modificado no todo ou em parte, pelo voto de dois terços dos membros do CD, passando a vigorar após aprovação pelos órgãos próprios da Universidade e publicação no Diário Oficial do Estado.</p> |

² Inserido o Título IV – Da Pesquisa, que trata deste assunto.

| Regimento atual | Proposta de alteração |
|--|-----------------------|
| <p>Artigo 23 - São consideradas Unidades de Ensino e Pesquisa ams ao CEBIMar:</p> <p>I - Instituto de Biociências;</p> <p>II - Instituto Oceanográfico;</p> <p>III - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto;</p> <p>IV - Instituto de Ciências Biomédicas;</p> <p>V - Instituto de Psicologia;</p> <p>VI - Museu de Zoologia;</p> <p>Artigo 24 - O presente regimento poderá ser modificado no todo ou em parte, pelo voto da maioria absoluta dos membros do CD, passando a vigorar após aprovação pelos órgãos próprios da Universidade e publicação no Diário Oficial do Estado.</p> | |



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

126

PG. P. 1511/11 - RUSP
RL/

PROCESSO Nº: 2001.1.42.30.0

INTERESSADO: Centro de Biologia Marinha

ASSUNTO: Proposta de reforma do Regimento Interno. Análise jurídico-formal.

P A R E C E R

Senhor Procurador Geral,

Trata-se de proposta de alteração do Regimento Interno do Centro de Biologia Marinha – CEBIMar (fls. 80/97), aprovada pelo Conselho Deliberativo do Instituto na sua 204ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de abril de 2011 (fls. 79).

Constam dos autos exposição de motivos da reforma regimental pretendida (fls. 74/76), bem como quadro comparativo entre o Regimento atual e a proposta de alteração (fls. 98/124).

Na exposição de motivos, destacam-se: a) a supressão das Unidades-afins do CEBIMar (artigo 23 do Regimento em vigor), em razão da revogação da Resolução nº 4044/93, que estabelecia a Coordenação dos Institutos Especializados; b) alteração da composição do Conselho Deliberativo, em razão da supressão do artigo 23; c) modificação da competência do Conselho Deliberativo para propor diretamente ao Conselho



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

17

Universitário a criação de cargos docentes (artigo 35 da proposta); e d) criação de Comissão Científica.

Vêm os autos a esta Procuradoria para análise jurídico-formal da proposta.

Em breve síntese, é o relatório. Passamos a opinar.

Preliminarmente, observamos que as alterações da proposta são substanciais e, muitas vezes, é modificada a numeração dos dispositivos alterados, o que é vedado pelo inciso I do artigo 9º da Lei Estadual Complementar nº 863, de 29 de dezembro de 1999.

Assim, mantida a proposta nos termos apresentados, recomendamos a edição de nova Resolução para veicular o novo Regimento do CEBIMar, de modo que a Resolução nº 5292, de 21 de dezembro de 2005, atualmente em vigor, seja revogada.

A fim de facilitar a análise, o quadro sinótico abaixo compara o Regimento atual com as alterações pretendidas e oferece sugestões, quando pertinentes:

Quadro sinótico

| Regimento atual | Proposta | Sugestões |
|--|--|--|
| Artigo 4º - (...) X - um representante discente, aluno de Pós-Graduação do CEBIMar ou das Unidades de Pesquisa e Ensino afins, que esteja desenvolvendo projeto no CEBIMar. | Artigo 5º - (...) II - um representante do corpo discente da USP, conforme artigo 51, parágrafo 4 e artigo 203 do Regimento Geral da USP; | (...) II - um representante do corpo discente da USP, conforme o artigo 51, § 4º, e o artigo 203 do Regimento Geral da USP; |
| <i>Sem correspondente.</i> | Artigo 6º - (...) I - um docente da USP, em atividade ou | (...) I - um docente da USP em atividade, indicado |



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

128

| | | |
|----------------------------|---|---|
| | aposentado com Termo de Adesão e de Permissão de Uso ou Termo de Colaboração e Permissão de Uso vigente ¹ , indicado pelo Reitor; | pelo Reitor; |
| <i>Sem correspondente.</i> | II – um docente da USP, em atividade ou aposentado com Termo de Adesão e de Permissão de Uso ou Termo de Colaboração e Permissão de Uso vigente ² , indicado pelo Reitor, a partir de lista tríplice definida pelo CD; | II – um docente da USP em atividade, indicado pelo Reitor, a partir de lista tríplice definida pelo CD; |
| <i>Sem correspondente.</i> | III – um pesquisador visitante, vinculado a instituições externas à USP, escolhido pelo CD entre os coordenadores de projetos de pesquisa apoiados pelo CEBIMar, conforme os artigos 24 e 27 deste Regimento; | <i>Suprimir.</i> ³ |
| <i>Sem correspondente.</i> | IV – um <u>pesquisador visitante</u> , vinculado a outras unidades da USP, escolhido pelo CD entre os coordenadores de projetos de pesquisa apoiados pelo CEBIMar, conforme os artigos 24 e 27 deste Regimento; | (...) - um professor vinculado a outra Unidade da USP, escolhido pelo CD entre os coordenadores de projetos de pesquisa apoiados pelo CEBIMar. ⁴ |

→ ¹ Por força do *caput* e do § 1º do 218 do Regimento Geral, professores aposentados e colaboradores não poderão votar nem ser votados.

→ ² Em observância ao *caput* e ao § 1º do 218 do Regimento Geral, professores aposentados e colaboradores não poderão votar nem ser votados.

³ A norma viola o art. 195 conjugado com o art. 194 do Regimento Geral: o professor visitante não terá representação nos Colegiados, nem lhe será permitido votar e ser votado.

⁴ Observamos que professor externo à Unidade, mas pertencente ao quadro docente da Universidade, não é qualificado como professor visitante.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

18

| | | |
|----------------------------|---|--|
| <i>Sem correspondente.</i> | V – um participante do Programa de Pós-Doutorado da USP no âmbito do CEBIMar, conforme definição no artigo 23 deste Regimento, indicado pelo CD; | <i>Suprimir.</i> ⁵ |
| <i>Sem correspondente.</i> | (...) § 1º – Para elaboração da lista triplíce prevista no inciso II, serão considerados os pesquisadores visitantes, definidos no artigo 24 deste Regimento, que sejam docentes da USP, em atividade ou aposentado com Termo de Adesão e de Permissão de Uso ou Termo de Colaboração e Permissão de Uso vigente, com titulação mínima de doutor (MS-3), e que desenvolvam ou tenham desenvolvido, nos últimos cinco anos, projetos apoiados pelo CEBIMar. | <i>Suprimir.</i> ⁶ |
| <i>Sem correspondente.</i> | § 3º – O mandato dos membros previstos nos incisos III, IV e V será de um ano, permitida uma | § (...) ⁷ – O mandato do membro previsto no inciso... ⁸ será de um ano, permitida uma |

⁵ O participante de Programa de Pós-Doutorado tem vínculo acadêmico de natureza precária com a USP: não é discente nem servidor docente, técnico ou administrativo, ainda que qualificado como pesquisador. Na qualidade exclusiva de participante de Programa de Pós-Doutorado, não pode atuar como membro de colegiado.

⁶ A norma proposta viola o art. 195 conjugado com o art. 194 do Regimento Geral: o professor visitante não terá representação nos Colegiados, nem lhe será permitido votar e ser votado.

⁷ Recomendamos a renumeração dos §§, em razão da supressão do §1º.

⁸ A partir da renumeração dos incisos do artigo, verificar qual o inciso correspondente.

⁹ A supressão deste dispositivo decorre da supressão do inciso V.



130

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

| | | |
|---|--|--|
| <i>Sem correspondente.</i> | recondução. § 4º – Caso o pesquisador indicado no inciso V se desligue do Programa de Pós-Doutorado do CEBIMar, seu mandato como Conselheiro será encerrado. | recondução. <i>Suprimir.</i> ⁹ |
| <i>Sem correspondente.</i> | § 5º – Na indicação dos membros de que tratam os incisos I a V serão indicados também os respectivos suplentes, que os representarão em caso de impedimentos ou vacância. | § (...) – Na indicação dos membros de que tratam os incisos deste artigo serão indicados também os respectivos suplentes, que os representarão em caso de impedimentos ou vacância. |
| Artigo 5º - (...) <i>Sem correspondente.</i> | Artigo 7º - (...) III – indicar, por eleição, os membros do CD previstos no artigo 6º, incisos III a V; <i>Correspondente ao inciso VI, alínea "g", deste artigo.</i> V – referendar: | (...) III – indicar, por eleição, os membros do CD previstos no artigo 6º, inciso... ¹⁰ ; V – decidir sobre o empate nas indicações, ao apreciar o relatório das comissões julgadoras de concursos para a carreira docente, prevalecendo sucessivamente a maior média geral obtida, o maior título universitário e o maior tempo de serviço docente na USP; ¹¹ (...) ¹² – homologar: |

¹⁰ Os incisos do artigo 6º da proposta devem ser renumerados, em razão da supressão dos incisos III e V.

¹¹ Redação semelhante ao artigo 246 do Regimento Geral.

¹² Os demais incisos devem ser renumerados.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

19

| | | |
|--|---|--|
| IV - aprovar as propostas de cursos, projetos de pesquisa, reuniões e demais atividades de ensino, pesquisa e extensão de serviços à comunidade, a serem desenvolvidas no CEBIMar; | a) as propostas encaminhadas pela Comissão Científica para realização de cursos, disciplinas, projetos de pesquisa, reuniões e demais atividades de ensino, pesquisa e extensão de serviços à comunidade; | (...) |
| XVII - apreciar os relatórios de docentes e pesquisadores desenvolvendo projetos no CEBIMar, nos termos do art 22 deste Regimento; | b) os relatórios de projetos de pesquisa apoiados pelo CEBIMar, aprovados pela Comissão Científica, nos termos do artigo 29, inciso V deste Regimento. | |
| Sem correspondente. | VI - (...) | |
| | g) o resultado de desempate de resultados em concursos docentes ao apreciar os relatórios das comissões julgadoras, prevalecendo sucessivamente a maior média geral obtida, o maior título universitário e o maior tempo de serviço docente na USP; | Transferido para o V deste artigo, com nova redação. |
| | VII - (...) | As demais alíneas devem ser reordenadas. |
| Sem correspondente. | g) a contratação de servidores docentes e não docentes, e sobre os critérios da respectiva seleção a ser realizada mediante concurso | (...) - (...) |
| | | g) a contratação de servidores docentes, técnicos e administrativos ¹³ , e sobre os critérios da respectiva seleção a ser |

¹³ A nomenclatura foi alterada pela Resolução nº 5912, de 11 de maio de 2011, que dispõe sobre a carreira dos servidores técnicos e administrativos da Universidade.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

139

| | | |
|--|--|--|
| | público, observadas as normas da USP; (...) | realizada mediante concurso público, observadas as normas da USP; (...) |
| XVI - decidir sobre casos disciplinares que lhe forem propostos em primeira instância ou em grau de recurso, pelo Diretor; | k) as sanções disciplinares a servidores docentes ou não docentes, que forem apresentadas ou em grau de recurso; | k) as sanções disciplinares a servidores docentes, técnicos e administrativos , que forem apresentadas ou em grau de recurso; |
| <i>Sem correspondente.</i> | Artigo 8º - (...) § 5º - O membro do CD que não comparecer a quatro reuniões consecutivas e não justificar sua ausência terá seu mandato como Conselheiro cancelado. | (...) <i>Suprimir.</i> ¹⁴ |
| <i>Sem correspondente.</i> | Artigo 9º - (...) § 1º - (...) b) os pesquisadores visitantes, definidos no artigo 24 deste Regimento, que sejam docentes da USP em atividade, com titulação mínima de livre-docência (MS-5) e que desenvolvam ou tenham desenvolvido, nos últimos cinco anos, projetos apoiados pelo CEBIMar; | <i>Suprimir.</i> ¹⁵ |

¹⁴ Recomendamos a supressão do dispositivo pelos seguintes motivos: a) não há previsão estatutária e/ou regimental que preveja a extinção do mandato na hipótese prefigurada; b) o mandato dos membros natos não ser extinto em razão das faltas; e c) ainda que a sanção somente se aplicasse em relação aos membros dos artigos 5º e 6º da proposta, o dispositivo feriria a isonomia entre os membros do Conselho Deliberativo.

¹⁵ O dispositivo viola o art. 195 conjugado com o art. 194 do Regimento Geral: o professor visitante não terá representação nos Colegiados, nem lhe será permitido votar e ser votado.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

20

| | | |
|---|--|--|
| Artigo 8º - (...) III - representar o CEBIMar; <i>Sem correspondente.</i> | Artigo 10 - (...) IV - representar o CEBIMar em juízo e fora dele; ¹⁶ (...) XIII - submeter ao CD a proposta de criação de cargos e funções, docentes e não docentes, necessários às atividades do CEBIMar; | (...) IV - representar o CEBIMar; (...) XIII - submeter ao CD a proposta de criação de cargos e funções de servidores docentes, técnicos e administrativos , necessários às atividades do CEBIMar; |
| <i>Sem correspondente.</i> | Artigo 11 - (...) IV - um participante do Programa de Pós-Doutorado da USP no âmbito do CEBIMar, conforme definição no artigo 23 deste Regimento, indicado pelo CD; V - um pesquisador <u>visitante</u> , coordenador de projeto de pesquisa apoiado pelo CEBIMar, conforme artigos 24 e 27 deste Regimento, indicado pelo CD; | (...) <i>Suprimir.</i> ¹⁷ <i>Suprimir.</i> ¹⁸ |

Salientamos que professor externo à Unidade, mas pertencente ao quadro docente da Universidade, não é qualificado como professor visitante.

¹⁶ O dispositivo viola o inciso I do art. 42 do Estatuto: compete ao Reitor representar a Universidade em juízo ou fora dele. As Unidades integram a Universidade, que as representa em juízo ou fora dele.

¹⁷ O participante de Programa de Pós-Doutorado tem vínculo acadêmico de natureza precária com a USP: não é discente nem servidor docente, técnico ou administrativo, ainda que possa ser qualificado como pesquisador. Na qualidade exclusiva de participante de Programa de Pós-Doutorado, não pode atuar como membro de colegiado, em razão de ausência de previsão normativa.

¹⁸ A norma viola o art. 195 conjugado com o art. 194 do Regimento Geral: o professor visitante não terá representação nos Colegiados, nem lhe será permitido votar e ser votado. Salientamos que professor externo à Unidade, mas pertencente ao quadro docente da Universidade, não é qualificado como professor visitante.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

134

| | | |
|-----------------------------------|---|--|
| | <p>(...)</p> <p>§ 3º – O mandato dos membros previstos no inciso IV e V será de um ano, permitida uma recondução.</p> <p>§ 4º – Caso o pesquisador indicado no inciso V se desligue do Programa de Pós-Doutorado do CEBIMar, seu mandato como membro da Comissão Científica será encerrado.</p> <p>§ 5º – Na indicação dos membros de que tratam os incisos IV e V será indicado também o respectivo suplente, que o representará em caso de impedimentos ou vacância.</p> <p>§ 6º – Havendo vacância da titularidade e da respectiva suplência dos membros que tratam os incisos IV e V, o CD escolherá novos membros, com mandato integral.</p> | <p>(...)</p> <p><i>Suprimir.</i></p> <p><i>Suprimir.</i></p> <p><i>Suprimir.</i></p> <p><i>Suprimir.</i></p> |
| <p><i>Sem correspondente.</i></p> | <p>Artigo 12 - Também compõem a Comissão científica, em caráter de membros convidados:</p> <p>I – um representante dos educadores do quadro de servidores não docentes do CEBIMar, indicado pelo CD;</p> | <p>Artigo 12 - Também compõem a Comissão Científica, na qualidade de convidados:</p> <p>I – um representante dos educadores do quadro de servidores técnicos e administrativos do CEBIMar, indicado pelo</p> |



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

21

| | | |
|---------------------|--|--|
| | (...) III – um representante dos servidores não docentes que desenvolvam suas atividades na área laboratorial, indicado pelo CD; | CD; (...) III – um representante dos servidores técnicos e administrativos que desenvolvam suas atividades na área laboratorial, indicado pelo CD; |
| Sem correspondente. | Artigo 13 - (...) b) os relatórios de projetos de pesquisa apoiados pelo CEBIMar, nos termos do artigo 29, inciso V deste Regimento, encaminhando para o CD do CEBIMar os relatórios aprovados. c) as solicitações de alteração de plano de trabalho dos projetos de pesquisa apoiados pelo CEBIMar, nos termos do artigo 29, inciso III deste Regimento, encaminhando para o CD do CEBIMar as solicitações aprovadas. | (...) b) os relatórios de projetos de pesquisa apoiados pelo CEBIMar, nos termos do artigo 29, inciso V deste Regimento, encaminhando para o CD do CEBIMar os relatórios aprovados. c) as solicitações de alteração de plano de trabalho dos projetos de pesquisa apoiados pelo CEBIMar, nos termos do artigo 29, inciso III deste Regimento, encaminhando para o CD do CEBIMar as solicitações aprovadas. |
| Sem correspondente. | Artigo 22 - (...) III – pesquisadores visitantes. | (...) III – professores ¹⁹ visitantes. |
| Sem correspondente. | Artigo 23 – Os participantes do Programa de Pós-Doutorado da USP no âmbito do CEBIMar são pesquisadores com projeto de pesquisa aprovado pela Comissão | Artigo 23 – Os participantes do Programa de Pós-Doutorado da USP no âmbito do CEBIMar são pesquisadores com projeto de pesquisa aprovado pela Comissão |

¹⁹ Recomendamos a utilização da expressão "professores visitantes", para fins de adequação às normas estatutárias e regimentais.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

155

| | Científica e pelo CD, conforme normas definidas pela Resolução USP 4868/2010 ²⁰ e alterações posteriores. | Científica e pelo CD, conforme as normas da Universidade. |
|----------------------------|--|--|
| <i>Sem correspondente.</i> | <p>Artigo 24 – Os pesquisadores²¹ visitantes são especialistas externos ao CEBIMar, portadores ou não de titulação acadêmica, que desenvolvem projetos de pesquisa no CEBIMar, no âmbito da biologia marinha e das ciências marinha, por tempo determinado, após aprovação pela Comissão Científica e pelo CD.</p> <p>§ 1º – A participação em projetos de pesquisa apoiados pelo CEBIMar não gera vínculo empregatício ou funcional entre a Universidade e os pesquisadores visitantes e não prevê qualquer remuneração²² ao pesquisador por parte da USP.</p> <p>(...)</p> | <p>Artigo 24 – Os professores visitantes são especialistas externos à USP, portadores, no mínimo, de título de doutor ou equivalente, que poderão ser admitidos para desenvolver²⁴ projetos de pesquisa no CEBIMar, no âmbito da biologia marinha e das ciências marinha, por tempo determinado, após aprovação pela Comissão Científica e pelo CD.</p> <p>§ 1º – A participação em projetos de pesquisa apoiados pelo CEBIMar não gera vínculo empregatício ou funcional entre a Universidade e os professores visitantes.</p> <p>(...)</p> |

²⁰ Não consta do sistema USP de legislação eletrônica a Resolução 4868/10. O programa de pós-doutorado na USP está atualmente disciplinado na Resolução nº 5868, de 23 de setembro de 2010.

²¹ O Estatuto e o Regimento Geral não define "pesquisador visitante". Assim, recomendamos a substituição da expressão por "professor visitante".

²² O professor visitante pode ser admitido com ônus para a Universidade, conforme interpretação do *caput* conjugado com o parágrafo único do art. 194 do Regimento Geral.

²³ A cobrança de taxa deve necessariamente estar prevista em lei (princípio da legalidade tributária), que definirá as hipóteses e demais critérios de incidência.

²⁴ Redação conforme o art. 87 do Estatuto.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

22

| | | |
|--|--|---|
| | § 3º – O uso das instalações do CEBIMar, por parte dos pesquisadores visitantes, pode estar sujeito a cobrança de taxas ²³ . | <i>Suprimir.</i> ²⁵ |
| <i>Sem correspondente.</i> | Artigo 26 – Preservada a liberdade de pesquisa, os pesquisadores visitantes ²⁶ e os participantes do Programa de Pós-Doutorado da USP no âmbito do CEBIMar devem observar as diretrizes acadêmicas definidas pela Comissão Científica e aprovadas pelo CD e as normas administrativas do CEBIMar. | Artigo 26 – Preservada a liberdade de pesquisa, os professores visitantes e os participantes do Programa de Pós-Doutorado da USP no âmbito do CEBIMar devem observar as diretrizes acadêmicas definidas pela Comissão Científica e aprovadas pelo CD e as normas administrativas do CEBIMar. |
| <i>Sem correspondente.</i> | Artigo 29 – Ao coordenador de um projeto de pesquisa compete: | Artigo 29 – Ao coordenador de um projeto de pesquisa compete: |
| <i>Sem correspondente.</i> | Artigo 30 – (...) § 5º – A carga horária e demais atividades dos docentes do CEBIMar serão computadas pelo CEBIMar para efeitos da política de contratação dos docentes da USP. | (...) § 5º – A carga horária e demais atividades docentes do CEBIMar serão avaliadas para efeitos da política de contratação de docentes. |
| Artigo 16 - (...) | Artigo 41 - (...) | (...) |
| III - prova publica de arguição, peso = 3. | III – prova pública de arguição, peso = 1 | III – prova pública de arguição, peso = 1 |
| Artigo 17 - (...) | Artigo 43 - (...) | (...) |

²⁵ Os professores visitantes internacionais não estão sujeitos à contraprestação pecuniária, por força do § 1º do art. 9º da Resolução nº 5910, de 7 de abril de 2011, que dispõe sobre o Programa de Bolsas para Professores Visitantes Internacionais na USP. Com fundamento no princípio da isonomia, entendemos que os professores visitantes nacionais também não se sujeitam à contraprestação pecuniária.

²⁶ Não há previsão de pesquisador visitante na Universidade de São Paulo.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

127

| | | |
|--|---|---|
| <p>§ 1º - As inscrições ao concurso para obtenção do título de Livre-Docente serão abertas semestralmente, por quinze dias úteis, nos meses de março e agosto, de acordo com os arts 163 e 164 do Regimento Geral.</p> <p>§ 4º - O concurso e as suas provas serão realizados segundo os termos dos arts 167 a 181 do Regimento Geral.</p> | <p>§ 1º - As inscrições ao concurso para obtenção do título de Livre-Docente serão abertas no <u>mínimo</u> uma vez por ano, por trinta dias, de acordo com o Regimento Geral da USP.</p> <p>§ 2º - O concurso e as suas provas serão realizados segundo os termos dos artigos 167 a 181 do Regimento Geral da USP.</p> | <p>§ 1º - As inscrições ao concurso para obtenção do título de Livre-Docente serão abertas semestralmente, por quinze dias úteis, nos meses de março e agosto²⁷.</p> <p>§ 2º - O concurso e as suas provas serão realizados segundo os termos dos artigos 167 a 181 do Regimento Geral da USP.</p> |
|--|---|---|

No tocante aos aspectos redacionais, recomendamos, ainda, que a palavra "unidade" seja grafada com a inicial maiúscula nos seguintes dispositivos: inciso II do parágrafo único do artigo 2º, §§ 2º e 3º do artigo 30, e *caput* e parágrafo único do artigo 31.

Com as considerações acima, entendemos que a proposta pode ser reapreciada pela Unidade.

É o parecer.

À consideração superior.

Se aprovado, encaminhem-se os autos ao GR.

Procuradoria Geral, 1º de junho de 2011.

REGIS LATTOUF
Procurador

Procuradoria Acadêmica

De acordo
29/06/11
Jocelia de Almeida Castilho
Procuradora-Chefe

²⁷ De acordo com o artigo 164 do Regimento Geral, o Regimento das Unidades deve obrigatoriamente definir o período – mês ou meses de inscrição – e o número de vezes em que o concurso será aberto no ano – até duas vezes. Assim, a Unidade pode alterar os meses de inscrição e o número de vezes de abertura no ano, sempre respeitados os prazos do artigo 164 do Regimento Geral.

Diretoria

Rodovia Manoel Hypólito do Rego, Km. 131,5
São Sebastião – SP – 11600-000 - <http://www.usp.br/cbm>
Tel. (12) 3862 8400 – Fax (12) 3862 8454
<http://www.usp.br/cbm> – e-mail: cebimar@usp.br

INFORMAÇÃO CD 22/2011

O Conselho Deliberativo deste Centro, em sua 206ª Reunião Ordinária realizada nesta data, aprovou as alterações sugeridas pela Procuradoria Geral da USP, na redação do novo regimento do Centro de Biologia Marinha.

Encaminhe-se à PG/USP.

São Sebastião, 23 de agosto de 2011



Prof. Dr. José Roberto Machado Cunha da Silva
Diretor

Proposta de novo
“Regimento do Centro de Biologia Marinha (CEBIMar) da
Universidade de São Paulo (USP)”

TÍTULO I
DA INSTITUIÇÃO E SUA MISSÃO

Artigo 1º – O Centro de Biologia Marinha (CEBIMar), com sede em São Sebastião, SP, é um instituto especializado e órgão de integração da Universidade de São Paulo (USP), conforme definido no artigo 6º do Estatuto e no artigo 7º de seu Regimento Geral da USP.

Artigo 2º – A missão do CEBIMar é desenvolver e promover o conhecimento da biologia marinha e dos seus campos interdisciplinares, contribuindo para a preservação e conservação da biodiversidade e dos ecossistemas marinhos.

Parágrafo único – Para cumprir a sua missão, o CEBIMar perseguirá os seguintes objetivos:

- I – realizar pesquisas científicas e tecnológicas no âmbito da biologia marinha e ciências marinhas em geral;
- II – manter intercâmbio técnico-científico com as demais unidades da Universidade e instituições nacionais e internacionais, apoiando-as no desenvolvimento de atividades de ensino e pesquisa na sua área de atuação;
- III – divulgar os resultados obtidos nas pesquisas desenvolvidas, por meio de palestras, cursos, seminários, intercâmbio, estágios, exposições e publicações;
- IV – promover cursos de extensão universitária e de pós-graduação;
- V – ministrar um conjunto temático de disciplinas em nível de graduação;
- VI – desenvolver e promover atividades de divulgação científica e educação ambiental voltadas para o ambiente marinho;
- VII – prestar serviços à comunidade nas áreas de sua atuação.

TÍTULO II

DOS ÓRGÃOS DE DIREÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Artigo 3º – São órgãos de direção e administração do CEBIMar:

- I – Conselho Deliberativo (CD);
- II – Diretoria;
- III – Comissão Científica;
- IV – Divisão de Ensino e Pesquisa;
- V – Divisão Administrativa.

CAPÍTULO I

DO CONSELHO DELIBERATIVO

Artigo 4º – São membros natos do Conselho Deliberativo do CEBIMar (CD):

- I – O Diretor, seu presidente;
- II – O Vice-Diretor;
- III – O Diretor Técnico da Divisão de Ensino e Pesquisa;
- IV – O Diretor Técnico da Divisão Administrativa;

Artigo 5º – São membros eleitos para o CD:

- I – um representante de cada categoria docente do CEBIMar;
- II – um representante do corpo discente da USP, conforme artigo 51, § 4º e artigo 203 do Regimento Geral da USP;
- III – um representante dos servidores não docentes do CEBIMar;

§ 1º – Para eleição dos membros a que se refere este artigo, serão seguidas as instruções contidas nos artigos 215 a 235 do Regimento Geral da USP.

§ 2º – Os candidatos à representação prevista no inciso II deverão desenvolver projetos de pesquisa em nível de pós-graduação, com o apoio do CEBIMar, conforme Título IV, Capítulo I, deste Regimento.

§ 3º – O mandato dos membros previstos nos incisos I e III será de dois anos, permitida uma recondução.

§ 4º – O mandato do membro previsto no inciso II será de um ano, permitida uma recondução.

Artigo 6º – Também constituem o CD:

- I – um docente da USP, indicado pelo Reitor;
- II – um docente da USP, indicado pelo Reitor a partir de lista tríplice definida pelo CD;
- III – um dos coordenadores de projetos de pesquisa apoiados pelo CEBIMar, sem vínculo com a USP, escolhido pelo CD;
- IV – dois docentes vinculados a outras unidades da USP, escolhidos pelo CD entre os coordenadores de projetos de pesquisa apoiados pelo CEBIMar;

§ 1º – Para elaboração da lista tríplice prevista no inciso II, serão considerados os docentes da USP em atividade e que desenvolvam ou tenham desenvolvido nos últimos cinco anos, projetos apoiados pelo CEBIMar, conforme título III, capítulo I deste Regimento.

§ 2º – O mandato dos membros previstos nos incisos I e II será de dois anos, permitida uma recondução.

§ 3º – O mandato dos membros previstos nos incisos III e IV será de um ano, permitida uma recondução.

§ 4º – Na indicação dos membros de que tratam os incisos deste artigo serão indicados também os respectivos suplentes, que os representarão em caso de impedimentos ou vacância.

§ 5º – Havendo vacância da titularidade e da respectiva suplência, serão escolhidos novos membros, com mandato integral.

Artigo 7º – Ao CD compete:

- I – indicar ao Reitor, por eleição, as listas tríplices de nomes para a escolha do Diretor e Vice-Diretor do CEBIMar;
- II – indicar, por eleição, a lista tríplice de nomes para a escolha do membro do CD previsto no artigo 6º, inciso II;
- III – indicar, por eleição, os membros do CD previstos no artigo 6º, incisos III e IV;

Diretoria

Rodovia Manoel Hypólito do Rego, Km. 131,5
São Sebastião – SP – 11600-000
Tel. (12) 3862 8400 – Fax (12) 3862 8454
<http://www.usp.br/cbm> – e-mail: cebimar@usp.br

IV – apreciar o relatório anual das atividades do CEBIMar, apresentado pelo Diretor;

V – decidir sobre o empate nas indicações, ao apreciar os relatórios das comissões julgadoras de concursos para a carreira docente, prevalecendo sucessivamente a maior média geral obtida, o maior título universitário e o maior tempo de serviço docente na USP;

VI – homologar:

- a) as propostas encaminhadas pela Comissão Científica para realização de cursos, disciplinas, projetos de pesquisa, reuniões e demais atividades de ensino, pesquisa e extensão de serviços à comunidade;
- b) os relatórios de projetos de pesquisa apoiados pelo CEBIMar, aprovados pela Comissão Científica, nos termos do artigo 29, inciso V deste Regimento.

VII – aprovar:

- a) os planos anuais e plurianuais de pesquisa, ensino e extensão de serviços à comunidade;
- b) as propostas de celebração de convênios, encaminhando-as aos órgãos competentes da USP, conforme proposição da Comissão Científica;
- c) o credenciamento de docentes de outras unidades da USP, com pesquisa e produção nas áreas temáticas do CEBIMar, e participantes do Programa de Pós-Doutorado da USP no âmbito do CEBIMar para ministrar disciplinas de graduação e pós-graduação no CEBIMar, conforme proposição da Comissão Científica;
- d) o credenciamento de participantes do Programa de Pós-Doutorado da USP no âmbito do CEBIMar, para ministrar cursos de cultura e extensão universitária e orientar projetos de iniciação científica no CEBIMar, conforme proposição da Comissão Científica;
- e) os editais de abertura, as inscrições de candidatos, a composição de comissões julgadoras e os seus relatórios, em concursos de carreira docente e de livre-docência;
- f) por dois terços de votos da totalidade de seus membros, a suspensão de concursos de carreira docente e de livre-docência;
- g) as propostas de nomeação ou admissão, transferência, relocação ou afastamento, exoneração ou dispensa, e

renovação contratual dos servidores técnico e administrativos do CEBIMar, conforme as normas superiores;

- h) as propostas de alteração deste Regimento, por dois terços de votos da totalidade de seus membros, encaminhando-as aos órgãos superiores.

VIII – deliberar sobre:

- a) as diretrizes, metas e prioridades a serem seguidas pelo CEBIMar, estabelecidas pelo Diretor;
- b) as decisões da Comissão Científica, em grau de recurso;
- c) a impugnação de atos do Diretor;
- d) as propostas de criação de cargos da carreira docente;
- e) as propostas de criação de funções técnico-administrativas;
- f) as mudanças na estrutura administrativa do CEBIMar;
- g) a contratação de servidores docentes, técnicos e administrativos, e sobre os critérios da respectiva seleção a ser realizada mediante concurso público, observadas as normas da USP;
- h) as propostas de candidatos a professor visitante ou professor colaborador;
- i) o plano orçamentário anual encaminhado pelo Diretor, baseado nas dotações orçamentárias destinadas ao CEBIMar pela Reitoria;
- j) as doações, as subvenções e os legados, sem prejuízo da apreciação, quando necessária, pelos órgãos competentes, observadas as disposições legais;
- k) as sanções disciplinares a servidores docentes, técnicos ou administrativos, que forem apresentadas ou em grau de recurso;
- l) os casos omissos do presente Regimento;
- m) outros assuntos encaminhados pelo Diretor ou pelos Conselheiros do CD;

IX – exercer todas as atribuições conferidas pelo Estatuto e Regimento Geral da Universidade de São Paulo, bem como por delegação superior.

Artigo 8º – As reuniões e decisões do CD seguirão o estabelecido no artigo 102 do Estatuto e Título IX do Regimento Geral da USP.

§ 1º – O CD reunir-se-á em sessões ordinárias, a cada dois meses, segundo calendário pré-estabelecido, e extraordinárias, sempre que convocadas pelo Diretor ou por dois terços de seus membros.

§ 2º – As reuniões serão instaladas e terão prosseguimento com a presença de mais da metade de seus membros.

§ 3º – Não havendo quorum, o Conselho será convocado para nova reunião 48 horas depois, com a mesma pauta.

§ 4º – Caso não haja quorum para a segunda reunião, o Conselho reunir-se-á, em terceira convocação, 30 minutos depois com qualquer número, não podendo deliberar sobre matérias para as quais quorum especial é exigido.

CAPÍTULO II

DO DIRETOR

Artigo 9º – O Diretor será designado pelo Reitor, a partir de uma lista tríplice votada pelo CD.

§ 1º – São elegíveis à lista tríplice para eleição de Diretor do CEBIMar:

- a) os docentes do quadro próprio do CEBIMar, com titulação mínima de livre-docência (MS-5);
- b) os docentes de outras unidades da USP em atividade, com titulação mínima de livre-docência (MS-5) e que desenvolvam ou tenham desenvolvido, nos últimos cinco anos, projetos apoiados pelo CEBIMar, conforme título III, capítulo 1 deste Regimento;
- c) outros docentes da USP, com titulação mínima de livre-docência (MS-5), com reconhecido mérito em pesquisas no âmbito da biologia marinha ou ciências marinhas, sugeridos por pelo menos três membros do CD;

§ 2º – O Diretor será substituído em suas faltas e impedimentos pelo Vice-Diretor.

§ 3º – O Vice-Diretor será designado pelo Reitor, a partir de uma lista tríplice votada pelo CD, com nomes de docentes do quadro próprio do CEBIMar, portadores, no mínimo, do título de doutor (MS-3).

§ 4º – O Diretor poderá delegar atribuições ao Vice-Diretor, que, neste caso, deverá contar com os meios e os auxiliares indispensáveis para o desempenho de suas responsabilidades.

§ 5º – O mandato do Diretor e do Vice-Diretor será de quatro anos, vedada a recondução, conforme artigo 46, parágrafo 2º, do Estatuto da USP.

§ 6º – No mínimo sessenta dias antes do término do mandato do Diretor e do Vice-Diretor, o CD será convocado pelo Presidente para, em sessão extraordinária, eleger os componentes das listas tríplices a serem encaminhadas ao Reitor.

§ 7º – Na vacância das funções de Diretor, a Diretoria será exercida, interinamente, pelo Vice-Diretor, o qual convocará o CD no prazo máximo de quinze dias, para elaboração de nova lista tríplice a ser encaminhada ao Reitor.

§ 8º – Na vacância das funções de Diretor e Vice-Diretor, como na falta ou impedimento de ambos, a Diretoria será exercida pelo docente da mais alta categoria do quadro de docentes do CEBIMar e com maior tempo de serviço docente na Universidade, nesta ordem, que deverá observar o disposto no parágrafo anterior, quando for o caso.

Artigo 10 – Ao Diretor compete:

- I – administrar e coordenar todas as atividades do CEBIMar;
- II – coordenar a elaboração de proposições de diretrizes, metas e prioridades para o CEBIMar;
- III – exercer o poder disciplinar no âmbito da Instituição;
- IV – representar o CEBIMar;
- V – convocar e presidir as reuniões do CD, com direito a voto, além do de qualidade, em casos de empate;
- VI – encaminhar ao CD planos, propostas, pareceres e recomendações da Comissão Científica;
- VII – dar cumprimento às deliberações emanadas do CD;

VIII – coordenar a elaboração do plano orçamentário anual, baseado nas dotações orçamentárias destinadas ao CEBIMar pela Reitoria, submetendo-o à aprovação do CD;

IX – elaborar o relatório anual do CEBIMar a ser encaminhado ao CD;

X – providenciar a abertura dos concursos da carreira docente e da livre-docência;

XI – providenciar a abertura dos concursos das carreiras não docentes, de acordo com as normas gerais da USP;

XII – encaminhar à Reitoria as propostas de nomeação, contratação, relotação, afastamento e dispensa de docentes e de servidores não-docentes, após a aprovação pelo CD;

XIII – submeter ao CD a proposta de criação de cargos e funções de servidores docentes, técnicos e administrativos, necessários às atividades do CEBIMar;

XIV – apreciar e submeter ao CD os programas anuais e plurianuais de pesquisa, ensino, cultura e extensão universitária, elaborados pela Comissão Científica;

XV – designar Comissões para assessorá-lo;

XVI – zelar pela fiel execução do Estatuto e do Regimento Geral da USP e do Regimento do CEBIMar;

XVII – exercer outras atribuições que forem a ele conferidas pelo Estatuto e pelo Regimento Geral da USP e também pelo Regimento do CEBIMar, ou por delegação superior.

CAPÍTULO III

DA COMISSÃO CIENTÍFICA

Artigo 11 – São membros da Comissão Científica do CEBIMar:

I – o Diretor Técnico da Divisão de Ensino e Pesquisa, seu Presidente;

II – o substituto do Diretor Técnico da Divisão de Ensino e Pesquisa, seu Vice-Presidente;

III – dois representantes dos docentes do CEBIMar;

IV – um docente de outra unidade da USP, que seja coordenador de projeto de pesquisa apoiado pelo CEBIMar, conforme artigo 27 deste Regimento, indicado pelo CD;

§ 1º – Para eleição dos membros a que se refere o inciso III serão seguidas as instruções contidas nos artigos 215 a 221, do Regimento Geral da USP.

§ 2º – O mandato dos membros previstos no inciso III será de dois anos, permitida uma recondução.

§ 3º – O mandato do membro previsto no inciso IV será de um ano, permitida uma recondução.

§ 4º – Na indicação do membro de que trata o inciso IV será indicado também o respectivo suplente, que o representará em caso de impedimentos ou vacância.

§ 6º – Havendo vacância da titularidade e da respectiva suplência do membro que trata o inciso IV, o CD escolherá novo membro, com mandato integral.

Artigo 12 – Também compõem a Comissão Científica, na qualidade de convidados:

I – um representante dos educadores do quadro de servidores técnicos e administrativos do CEBIMar, indicado pelo CD;

II – o bibliotecário chefe da Seção de Biblioteca do CEBIMar;

III – um representante dos servidores técnicos e administrativos que desenvolvam suas atividades na área laboratorial, indicado pelo CD;

§ 1º – Os membros convidados previstos nos incisos I a III não terão direito a voto nas decisões tomadas pela Comissão, podendo, entretanto, participar livremente das discussões no âmbito da Comissão Científica.

§ 2º – A indicação dos membros convidados previstos nos incisos I e III será feita a cada dois anos, permitidas reconduções.

§ 3º – Não haverá indicação de membros suplentes dos membros convidados previstos nos incisos I e III.

Artigo 13 – Compete à Comissão Científica:

I – zelar pela liberdade de criação individual na atividade de pesquisa;

II – elaborar os planos anuais e plurianuais de pesquisa, ensino e extensão de serviços à comunidade, encaminhando-os para apreciação da Diretoria;

III – deliberar sobre:

- a) as propostas de realização no CEBIMar de cursos, disciplinas, projetos de pesquisa, reuniões e demais atividades de ensino, pesquisa e extensão de serviços à comunidade, encaminhando para o CD do CEBIMar as propostas aprovadas;
- b) os relatórios de projetos de pesquisa apoiados pelo CEBIMar, nos termos do artigo 29, inciso V, deste Regimento, encaminhando para o CD do CEBIMar os relatórios aprovados;
- c) as solicitações de alteração de plano de trabalho dos projetos de pesquisa apoiados pelo CEBIMar, nos termos do artigo 29, inciso III, deste Regimento, encaminhando para o CD do CEBIMar as solicitações aprovadas.

IV – promover atividades de pós-doutorado, conforme artigo 23 e 25 deste Regimento;

V – acompanhar os projetos de pesquisa apoiados pelo CEBIMar, conforme artigos 22 a 29 deste Regimento;

VI – propor ao CD, ouvido o Diretor:

- a) o credenciamento de docentes de outras unidades da USP, com pesquisa e produção nas áreas temáticas do CEBIMar, para ministrar disciplinas de graduação e pós-graduação no CEBIMar;
- b) o credenciamento de participantes do Programa de Pós-Doutorado da USP, para ministrar cursos de cultura e extensão universitária no CEBIMar;
- c) a celebração de convênios;
- d) a realização de disciplinas e cursos;
- e) alterações na infraestrutura do CEBIMar e aquisição de equipamentos e insumos.

VII – assessorar o CD e a Diretoria, quando solicitada, em matérias relacionadas às atividades de pesquisa, ensino e extensão;

VIII – estimular atividades de cooperação científica, em nível nacional e internacional;

IX – opinar sobre matérias que lhe sejam submetidas pelo CD e pela Diretoria do CEBIMar;

X – colaborar na elaboração do relatório anual do CEBIMar, na parte referente às atividades de pesquisa, de ensino e de extensão cultural;

XI – exercer as demais funções que lhe forem conferidas pelo CD e pela Diretoria do CEBIMar;

Parágrafo único – As normas de funcionamento da Comissão Científica serão fixadas em regimento próprio, aprovado pelo CD.

Artigo 14 – A Comissão Científica reunir-se-á a cada trinta dias, ou extraordinariamente, quando convocada pelo seu Presidente.

CAPÍTULO IV

DA DIVISÃO DE ENSINO E PESQUISA

Artigo 15 – A Divisão de Ensino e Pesquisa (DVENPES), de caráter multidisciplinar, é encarregada da consecução das finalidades do CEBIMar no campo do ensino, da pesquisa e da cultura e extensão universitária.

Artigo 16 – Faz parte da DVENPES o corpo de docentes do CEBIMar, bem como servidores técnico-administrativos da área laboratorial e acadêmica.

Artigo 17 – O Diretor Técnico da DVENPES será escolhido pela Diretoria do CEBIMar, respeitadas as normas vigentes.

Artigo 18 – Compete à DVENPES:

- I – administrar as atividades de pesquisa, ensino e extensão universitária do CEBIMar/USP;
- II – praticar as ações necessárias para a realização de cursos e disciplinas no CEBIMar;
- III – emitir parecer sobre propostas de realização no CEBIMar de cursos, disciplinas, projetos de pesquisa, reuniões e demais atividades de ensino, pesquisa e extensão de serviços à comunidade, encaminhando-as para a Comissão Científica;
- IV – gerenciar a atualização do cadastro das atividades de pesquisa levadas a efeito no CEBIMar, transmitindo à Seção de Biblioteca as informações pertinentes.

CAPÍTULO V

DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA

Artigo 19 – A Divisão Administrativa (DVADM) é encarregada de propiciar a infraestrutura necessária para a realização das atividades fins do CEBIMar, no campo da pesquisa, do ensino e da cultura e extensão universitária.

Artigo 20 – O Diretor da DVADM será escolhido pela Diretoria do CEBIMar, respeitadas as normas vigentes.

Artigo 21 – Compete à DVADM gerenciar as áreas administrativas e operacionais do CEBIMar.

TÍTULO III

DA PESQUISA

CAPÍTULO I

DO APOIO A PROJETOS DE PESQUISA E DO PROGRAMA DE PÓS-DOCTORADO

Artigo 22 – No desempenho de suas competências na área de pesquisa, o CEBIMar contará com:

- I – docentes de seu quadro próprio;
- II – participantes do Programa de Pós-Doutorado da USP no âmbito do CEBIMar;
- III – membros de projetos de pesquisa apoiados pelo CEBIMar.

Artigo 23 – Os participantes do Programa de Pós-Doutorado da USP no âmbito do CEBIMar são pesquisadores com projeto de pesquisa aprovado pela Comissão Científica e pelo CD, conforme as normas da Universidade.

Artigo 24 – Os membros de projetos de pesquisa apoiados pelo CEBIMar são especialistas externos ao CEBIMar, portadores ou não de titulação acadêmica, que desenvolvam projetos de pesquisa no CEBIMar, no âmbito da biologia marinha e das ciências marinha, por tempo determinado, após aprovação pela Comissão Científica e pelo CD.

§ 1º – A participação em projetos de pesquisa apoiados pelo CEBIMar não gera vínculo empregatício ou funcional entre a Universidade e os membros de projetos de pesquisa apoiados pelo CEBIMar e não prevê qualquer remuneração por parte da USP.

§ 2º – A aprovação dos projetos de pesquisa pela Comissão Científica e pelo CD se dará conforme as disponibilidades de infraestrutura, espaço e serviços no CEBIMar para a realização das atividades previstas no projeto.

§ 3º – O uso das instalações do CEBIMar, por pessoas externas à USP, pode estar sujeito à cobrança de contraprestação pecuniária.

Artigo 25 – Os procedimentos para submissão e desenvolvimento dos projetos de pesquisa no CEBIMar, incluindo os projetos do Programa de Pós-Doutorado da USP no âmbito do CEBIMar, serão definidos pela Comissão Científica e praticados pela DVENPES.

Artigo 26 – Preservada a liberdade de pesquisa, os membros de projetos de pesquisa apoiados pelo CEBIMar e os participantes do Programa de Pós-Doutorado da USP no âmbito do CEBIMar devem observar as diretrizes acadêmicas definidas pela Comissão Científica e aprovadas pelo CD e as normas administrativas do CEBIMar.

Artigo 27 – Cada projeto de pesquisa a ser desenvolvido no CEBIMar, incluindo os do Programa de Pós-Doutorado da USP, deverá ser dirigido por um coordenador.

Parágrafo único – A coordenação de um projeto de pesquisa deverá seguir as normas definidas pela Comissão Científica e aprovadas pelo CD.

Artigo 28 – O coordenador do projeto de pesquisa deverá apresentar à Comissão Científica um plano de trabalho, expondo as condições e prazos para realização do projeto de pesquisa, conforme normas definidas pela Comissão Científica e aprovadas pelo CD.

Artigo 29 – Ao coordenador de projeto de pesquisa compete:

- 1 – gerenciar o desenvolvimento do projeto de pesquisa, cuidando para que suas metas sejam atingidas e o cronograma cumprido satisfatoriamente;

- II – solicitar à DVENPES a infraestrutura necessária para desenvolvimento das atividades do projeto, de acordo com o definido no plano de trabalho inicial;
- III – encaminhar à DVENPES eventuais necessidades de alteração nas condições e prazos definidos no plano de trabalho inicial, para submissão à Comissão Científica e ao CD;
- IV – avaliar solicitações de pesquisadores que queiram ingressar no projeto de pesquisa e comunicar à DVENPES alterações na composição da equipe;
- V – elaborar o relatório anual e o relatório final a serem submetidos à Comissão Científica e ao CD;
- VI – estimular a produção de artigos e outros documentos sobre os estudos desenvolvidos pelos integrantes do projeto de pesquisa;
- VII – planejar atividades públicas sobre os temas de trabalho da equipe, tais como conferências, seminários e outros tipos de eventos acadêmicos;
- VIII – zelar pela devida atribuição de créditos ao apoio recebido do CEBIMar em toda produção gerada pelo projeto de pesquisa, conforme as normas definidas pela Comissão Científica e aprovadas pelo CD.

TÍTULO IV DO ENSINO

Artigo 30 – O ensino no CEBIMar será ministrado em cursos de pós-graduação nos níveis de mestrado e doutorado, em conjuntos temáticos de disciplinas em nível de graduação, bem como em cursos de cultura e extensão universitária.

§ 1º – Na organização dos cursos previstos neste artigo serão observadas as normas estabelecidas no Regimento Geral e as estipuladas pelos Conselhos Centrais competentes.

§ 2º – Os docentes do CEBIMar poderão ser credenciados para ministrar disciplinas de graduação e/ou de pós-graduação em quaisquer unidades da USP ou de outras instituições.

§ 3º – Os docentes de outras unidades da USP, com pesquisa e produção nas áreas temáticas do CEBIMar, e participantes do Programa de Pós-Doutorado da USP no âmbito do CEBIMar poderão ser credenciados pelo

CD, ouvida a Comissão Científica, para ministrar disciplinas de graduação e pós-graduação no CEBIMar.

§ 4º – Os participantes do Programa de Pós-Doutorado da USP no âmbito do CEBIMar, definidos no artigo 23 deste Regimento, poderão ser credenciados pelo CD, ouvida a Comissão Científica, para ministrar cursos de cultura e extensão universitária e orientar projetos de iniciação científica no CEBIMar.

§ 5º – A carga horária e demais atividades docentes do CEBIMar serão avaliadas para efeitos da política de contratação de docentes.

Artigo 31 – Docentes de outras unidades da USP e de instituições externas à USP poderão solicitar a utilização da infraestrutura do CEBIMar para realização de cursos e disciplinas.

Parágrafo único – Para realização de cursos e disciplinas sob responsabilidade de outras unidades da USP e de instituições externas à USP deverão ser observadas as diretrizes acadêmicas definidas pela Comissão Científica e as normas administrativas do CEBIMar.

TÍTULO V

DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À COMUNIDADE E DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Artigo 32 – O CEBIMar prestará à comunidade, através de sua Divisão de Ensino e Pesquisa, serviços de identificação de material biológico, pareceres, laudos técnicos, e outros serviços dentro de seu campo de atuação.

Artigo 33 – Além dos cursos de cultura e extensão universitária, o CEBIMar oferecerá à comunidade atividades voltadas para a educação científica e ambiental e para a preservação e conservação dos ecossistemas marinhos.

TÍTULO VI

DA CARREIRA DOCENTE

Artigo 34 – O CEBIMar, de acordo com o artigo 52 do Regimento Geral da USP, equipara-se, para fins de ingresso e progressão na carreira, aos Departamentos da Universidade de São Paulo, e tem carreira docente que segue as normas estatutárias e regimentais.

Artigo 35 – Os cargos da carreira docente serão criados no CEBIMar, mediante proposta aprovada pelo CD e submetida ao Conselho Universitário.

Artigo 36 – O desempenho das atividades docentes e, no que couber, os concursos da carreira docente, far-se-á de acordo com o Estatuto e com o Regimento Geral da USP e pelo que dispõe este Regimento.

Artigo 37 – As categorias de Professor Doutor e Professor Titular constituem cargos da carreira docente e serão providos na forma da legislação vigente.

Artigo 38 – A atividade docente será avaliada de acordo com o que dispuser a Comissão Permanente de Avaliação (CPA) da USP, conforme estabelece o artigo 202 do Regimento Geral da USP.

CAPÍTULO I

DOS CONCURSOS PARA A CARREIRA DOCENTE

Artigo 39 – As normas para os concursos da carreira docente e para a Livre-Docência no CEBIMar são as mesmas definidas no Regimento Geral da USP para as Unidades de Ensino.

Artigo 40 – São as seguintes as provas e os respectivos pesos para o concurso de Professor Doutor:

- I – julgamento de memorial com prova pública de arguição, peso = 3;
- II – prova didática, peso = 1;
- III – prova escrita, peso = 1.

Parágrafo único – As inscrições para os concursos de Professor Doutor serão abertas pelo prazo de 90 dias, e serão realizadas nos termos do Regimento Geral da USP.

Artigo 41 – São as seguintes as provas e os respectivos pesos para o concurso para o cargo de Professor Titular:

- I – julgamento de títulos, peso = 3;
- II – prova pública oral de erudição, peso = 1;
- III – prova pública de arguição, peso = 1.

Artigo 42 – Na prova pública de arguição e no julgamento dos títulos, os membros da Comissão Julgadora analisarão a regularidade da produção científica do candidato, sua capacidade de liderança na área de atuação, medida pela projeção alcançada pelas suas atividades científicas, didáticas e de extensão, bem como pela formação e orientação de alunos.

Artigo 43 – São as seguintes as provas e os respectivos pesos no concurso para obtenção do título de Livre-Docente:

- I – prova escrita, peso = 1;
- II – defesa de tese ou de texto que sistematize criticamente a obra do candidato ou parte dela, peso = 3;
- III – julgamento de memorial com prova pública de arguição, peso = 3;
- IV – avaliação didática, peso = 1.

§ 1º – *As inscrições ao concurso para obtenção do título de Livre-Docente serão abertas semestralmente, por quinze dias úteis, nos meses de março e agosto.*

§ 2º – *O concurso e as suas provas serão realizados segundo os termos dos artigos 167 a 181 do Regimento Geral da USP.*

Artigo 44 – Nas provas públicas de arguição para os concursos de Professor Doutor, Livre-Docência e Professor Titular, caberá a cada examinador um tempo de trinta minutos para apresentar suas questões e igual tempo ao candidato para as respostas, podendo, de comum acordo entre candidato e examinador, a arguição ser realizada na forma de diálogo, utilizando tempo máximo de sessenta minutos.

TÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 45 – O presente Regimento poderá ser modificado no todo ou em parte, pelo voto de dois terços dos membros do CD, passando a vigorar após aprovação pelos órgãos próprios da Universidade e publicação no Diário Oficial do Estado.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

182

PG. P. 3297/11 - RUSP
RL/

PROCESSO Nº: 2001.1.42.30.0

INTERESSADO: Centro de Biologia Marinha

ASSUNTO: Proposta de reforma do Regimento Interno. Parecer PG. P. nº 1511/11. Continuação da análise jurídico-formal. Conselho Deliberativo: membro externo à USP. CLR: análise de mérito.

P A R E C E R

Senhor Procurador Geral,

Trata-se de proposta de alteração do Regimento Interno do Centro de Biologia Marinha – CEBIMar (fls.161/180), aprovada pelo Conselho Deliberativo do Instituto na sua 206ª Reunião Ordinária, realizada em 23 de agosto de 2011 (fls.160), que acolheu as recomendações da Procuradoria Geral formuladas no Parecer PG. P nº 1511/11 (fls. 126/137).

Vêm os autos a esta Procuradoria para prosseguimento da análise jurídico-formal da proposta.

Em breve síntese, é o relatório. Passamos a opinar.

Sob o aspecto jurídico-formal, a proposta não apresenta óbices.

Apenas no tocante ao aspecto de redação do texto, tecemos as seguintes considerações:



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

33

33 ✓

A expressão "de seu" no artigo 1º deve ser substituída por "do", de modo que a redação fique "(...) artigo 7º do Regimento Geral da USP".

A redação do inciso II do artigo 6º da proposta apresenta pequena falha ortográfica. Sugerimos a seguinte redação: "II - um docente da USP indicado pelo Reitor, a partir de lista tríplice definida pelo CD;"

Recomendamos a substituição da expressão "não docentes", nos incisos XI e XII do artigo 10, por "técnicas e administrativas" e "técnicos e administrativos", respectivamente.

O adjetivo marinho no artigo 24 deve concordar com o substantivo "ciências". Assim, recomendamos que seja declinado no feminino plural: "marinhas".

Em vista das considerações acima, entendemos que a proposta está apta à manifestação da douta CLR, nos termos da alínea "a" do inciso I do artigo 12 do Regimento Geral, especialmente, no mérito, quanto à inclusão de membro externo à USP no Conselho Deliberativo do Órgão (inciso III do artigo 6º da proposta).

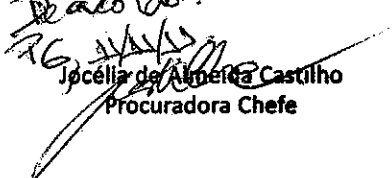
É o parecer.

À consideração superior.

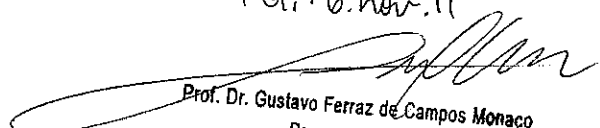
Se aprovado, encaminhem-se os autos à d. CLR.

Procuradoria Geral, 3 de novembro de 2011.


REGIS LATTOUF
Procurador
Procuradoria Acadêmica

De acordo.
26/11/11

Jocélia de Almeida Castilho
Procuradora Chefe

Acolho o Parecer.
À Secretaria Geral para
inclusão na pauta da d. CLR.
PG, 16.nov.11


Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos Monaco

PARECER PARA A CLR**PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGIMENTO CENTRO DE BIOLOGIA MARINHA**

Conforme solicitação, venho relatar para a CLR a proposta de alteração do regimento do Centro de Biologia Marinha, CEBIMAR. As alterações propostas devem-se a adequação do regimento desatualizado à realidade atual do CEBIMAR e às suas atribuições como Órgão de Integração da Universidade. Além disto o Regimento foi ajustado aos padrões normativos estabelecidos pelo Estatuto e Regimento Geral da Universidade. As alterações propostas incluem a supressão das Unidades-afins do CEBIMAR, alterações na composição do Conselho Deliberativo e nas suas atribuições. Esta solicitação foi examinada duas vezes pela Procuradoria Geral da USP, que recomendou várias modificações, que já foram realizadas pelo CEBIMAR e aprovadas pelo seu Conselho Deliberativo em 23 de novembro de 2011. Na última apreciação da Procuradoria Geral foram sugeridas pequenas alterações na redação do texto que não implicam em modificações de conteúdo na versão atualizada agora proposta, tendo a PG-USP informado que sob o ponto de vista jurídico-formal esta versão não apresenta óbices.

Após a análise do processo e verificando que o mesmo não fere as normas do Regimento Geral e Estatuto da universidade, recomendo a CLR a aprovação do referido Regimento.

São Paulo, 7 de Dezembro de 2011.


Prof. Dr. Colombo Celso Gaeta Tassinari

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
REITORIA

INFORMAÇÃO Nº _____

FLS. N.º _____

Proc. N.º _____

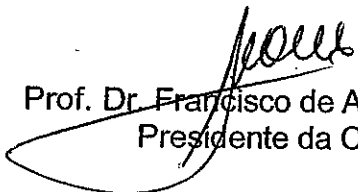
Rub. _____

Processo: 2001.1.42.30.0

Interessado: CENTRO DE BIOLOGIA MARINHA

A CLR, em sessão realizada em 8 de dezembro de 2011, aprovou o parecer do relator, favorável à proposta do novo Regimento do Centro de Biologia Marinha.

São Paulo, 9 de dezembro de 2011.


Prof. Dr. Francisco de Assis Leone
Presidente da CLR

De ordem do Magnífico Reitor, incluem-se os autos na pauta do Conselho Universitário.

São Paulo, 9 de dezembro de 2011.


Rubens Beçak
Secretário Geral



Secretaria Geral

MINUTA

RESOLUÇÃO Nº _____, DE _____ DE _____ DE 2012.

Baixa o Regimento do Centro de Biologia Marinha da Universidade de São Paulo.

O Reitor da Universidade de São Paulo, usando de suas atribuições legais, com fundamento no art. 42, IX, do Estatuto, tendo em vista o deliberado pelo Conselho Universitário, em sessão realizada em _____ 2012, baixa a seguinte

RESOLUÇÃO:

Artigo 1º - Fica aprovado o Regimento do Centro de Biologia Marinha, anexo à presente Resolução.

Artigo 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Fica revogada a Resolução nº 5292/05 (Proc. 2001.1.42.30.0).

Reitoria da Universidade de São Paulo, _____ de _____ de 2012.

JOÃO GRANDINO RODAS
Reitor

RUBENS BEÇAK
Secretário Geral



Secretaria Geral

REGIMENTO DO CENTRO DE BIOLOGIA MARINHA

TÍTULO I

DA INSTITUIÇÃO E SUA MISSÃO

Artigo 1º – O Centro de Biologia Marinha (CEBIMar), com sede em São Sebastião, SP, é um instituto especializado e órgão de integração da Universidade de São Paulo (USP), conforme definido no artigo 6º do Estatuto e no artigo 7º do Regimento Geral da USP.

Artigo 2º – A missão do CEBIMar é desenvolver e promover o conhecimento da biologia marinha e dos seus campos interdisciplinares, contribuindo para a preservação e conservação da biodiversidade e dos ecossistemas marinhos.

Parágrafo único – Para cumprir a sua missão, o CEBIMar perseguirá os seguintes objetivos:

- I – realizar pesquisas científicas e tecnológicas no âmbito da biologia marinha e ciências marinhas em geral;
- II – manter intercâmbio técnico-científico com as demais unidades da Universidade e instituições nacionais e internacionais, apoiando-as no desenvolvimento de atividades de ensino e pesquisa na sua área de atuação;
- III – divulgar os resultados obtidos nas pesquisas desenvolvidas, por meio de palestras, cursos, seminários, intercâmbio, estágios, exposições e publicações;
- IV – promover cursos de extensão universitária e de pós-graduação;
- V – ministrar um conjunto temático de disciplinas em nível de graduação;
- VI – desenvolver e promover atividades de divulgação científica e educação ambiental voltadas para o ambiente marinho;
- VII – prestar serviços à comunidade nas áreas de sua atuação.

TÍTULO II

DOS ÓRGÃOS DE DIREÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Artigo 3º – São órgãos de direção e administração do CEBIMar:

- I – Conselho Deliberativo (CD);
- II – Diretoria;
- III – Comissão Científica;
- IV – Divisão de Ensino e Pesquisa;



Secretaria Geral

V – Divisão Administrativa.

CAPÍTULO I

DO CONSELHO DELIBERATIVO

Artigo 4º – São membros natos do Conselho Deliberativo do CEBIMar (CD):

- I – O Diretor, seu presidente;
- II – O Vice-Diretor;
- III – O Diretor Técnico da Divisão de Ensino e Pesquisa;
- IV – O Diretor Técnico da Divisão Administrativa;

Artigo 5º – São membros eleitos para o CD:

- I – um representante de cada categoria docente do CEBIMar;
 - II – um representante do corpo discente da USP, conforme artigo 51, § 4º e artigo 203 do Regimento Geral da USP;
 - III – um representante dos servidores não docentes do CEBIMar;
- § 1º – Para eleição dos membros a que se refere este artigo, serão seguidas as instruções contidas nos artigos 215 a 235 do Regimento Geral da USP.
- § 2º – Os candidatos à representação prevista no inciso II deverão desenvolver projetos de pesquisa em nível de pós-graduação, com o apoio do CEBIMar, conforme Título IV, Capítulo I, deste Regimento.
- § 3º – O mandato dos membros previstos nos incisos I e III será de dois anos, permitida uma recondução.
- § 4º – O mandato do membro previsto no inciso II será de um ano, permitida uma recondução.

Artigo 6º – Também constituem o CD:

- I – um docente da USP, indicado pelo Reitor;
- II – um docente da USP indicado pelo Reitor, a partir de lista tríplice definida pelo CD;
- III – um dos coordenadores de projetos de pesquisa apoiados pelo CEBIMar, sem vínculo com a USP, escolhido pelo CD;
- IV – dois docentes vinculados a outras unidades da USP, escolhidos pelo CD entre os coordenadores de projetos de pesquisa apoiados pelo CEBIMar.



Secretaria Geral

§ 1º – Para elaboração da lista tríplice prevista no inciso II, serão considerados os docentes da USP em atividade e que desenvolvam ou tenham desenvolvido nos últimos cinco anos, projetos apoiados pelo CEBIMar, conforme título III, capítulo I deste Regimento.

§ 2º – O mandato dos membros previstos nos incisos I e II será de dois anos, permitida uma recondução.

§ 3º – O mandato dos membros previstos nos incisos III e IV será de um ano, permitida uma recondução.

§ 4º – Na indicação dos membros de que tratam os incisos deste artigo serão indicados também os respectivos suplentes, que os representarão em caso de impedimentos ou vacância.

§ 5º – Havendo vacância da titularidade e da respectiva suplência, serão escolhidos novos membros, com mandato integral.

Artigo 7º – Ao CD compete:

I – indicar ao Reitor, por eleição, as listas tríplices de nomes para a escolha do Diretor e Vice-Diretor do CEBIMar;

II – indicar, por eleição, a lista tríplice de nomes para a escolha do membro do CD previsto no artigo 6º, inciso II.

III – indicar, por eleição, os membros do CD previstos no artigo 6º, incisos III e IV;

IV – apreciar o relatório anual das atividades do CEBIMar, apresentado pelo Diretor;

V – decidir sobre o empate nas indicações, ao apreciar os relatórios das comissões julgadoras de concursos para a carreira docente, prevalecendo sucessivamente a maior média geral obtida, o maior título universitário e o maior tempo de serviço docente na USP;

VI – homologar:

a) as propostas encaminhadas pela Comissão Científica para realização de cursos, disciplinas, projetos de pesquisa, reuniões e demais atividades de ensino, pesquisa e extensão de serviços à comunidade;

b) os relatórios de projetos de pesquisa apoiados pelo CEBIMar, aprovados pela Comissão Científica, nos termos do artigo 29, inciso V deste Regimento.

VII – aprovar:

a) os planos anuais e plurianuais de pesquisa, ensino e extensão de serviços à comunidade;

b) as propostas de celebração de convênios, encaminhando-as aos órgãos competentes da USP, conforme proposição da Comissão Científica;



Secretaria Geral

- c) o credenciamento de docentes de outras unidades da USP, com pesquisa e produção nas áreas temáticas do CEBIMar, e participantes do Programa de Pós-Doutorado da USP no âmbito do CEBIMar para ministrar disciplinas de graduação e pós-graduação no CEBIMar, conforme proposição da Comissão Científica;
- d) o credenciamento de participantes do Programa de Pós-Doutorado da USP no âmbito do CEBIMar, para ministrar cursos de cultura e extensão universitária e orientar projetos de iniciação científica no CEBIMar, conforme proposição da Comissão Científica;
- e) os editais de abertura, as inscrições de candidatos, a composição de comissões julgadoras e os seus relatórios, em concursos de carreira docente e de livre-docência;
- f) por dois terços de votos da totalidade de seus membros, a suspensão de concursos de carreira docente e de livre-docência;
- g) as propostas de nomeação ou admissão, transferência, relotação ou afastamento, exoneração ou dispensa, e renovação contratual dos servidores técnico e administrativos do CEBIMar, conforme as normas superiores;
- h) as propostas de alteração deste Regimento, por dois terços de votos da totalidade de seus membros, encaminhando-as aos órgãos superiores.

VIII – deliberar sobre:

- a) as diretrizes, metas e prioridades a serem seguidas pelo CEBIMar, estabelecidas pelo Diretor;
- b) as decisões da Comissão Científica, em grau de recurso;
- c) a impugnação de atos do Diretor;
- d) as propostas de criação de cargos da carreira docente;
- e) as propostas de criação de funções técnico-administrativas;
- f) as mudanças na estrutura administrativa do CEBIMar;
- g) a contratação de servidores docentes, técnicos e administrativos, e sobre os critérios da respectiva seleção a ser realizada mediante concurso público, observadas as normas da USP;
- h) as propostas de candidatos a professor visitante ou professor colaborador;
- i) o plano orçamentário anual encaminhado pelo Diretor, baseado nas dotações orçamentárias destinadas ao CEBIMar pela Reitoria;
- j) as doações, as subvenções e os legados, sem prejuízo da apreciação, quando necessária, pelos órgãos competentes, observadas as disposições legais;



Secretaria Geral

- k) as sanções disciplinares a servidores docentes, técnicos ou administrativos, que forem apresentadas ou em grau de recurso;
- l) os casos omissos do presente Regimento;
- m) outros assuntos encaminhados pelo Diretor ou pelos Conselheiros do CD.

IX – exercer todas as atribuições conferidas pelo Estatuto e Regimento Geral da Universidade de São Paulo, bem como por delegação superior.

Artigo 8º – As reuniões e decisões do CD seguirão o estabelecido no artigo 102 do Estatuto e Título IX do Regimento Geral da USP.

§ 1º – O CD reunir-se-á em sessões ordinárias, a cada dois meses, segundo calendário pré-estabelecido, e extraordinárias, sempre que convocadas pelo Diretor ou por dois terços de seus membros.

§ 2º – As reuniões serão instaladas e terão prosseguimento com a presença de mais da metade de seus membros.

§ 3º – Não havendo quorum, o Conselho será convocado para nova reunião 48 horas depois, com a mesma pauta.

§ 4º – Caso não haja quorum para a segunda reunião, o Conselho reunir-se-á, em terceira convocação, 30 minutos depois com qualquer número, não podendo deliberar sobre matérias para as quais quorum especial é exigido.

CAPÍTULO II DO DIRETOR

Artigo 9º – O Diretor será designado pelo Reitor, a partir de uma lista tríplice votada pelo CD.

§ 1º – São elegíveis à lista tríplice para eleição de Diretor do CEBIMar:

- a) os docentes do quadro próprio do CEBIMar, com titulação mínima de livre-docência (MS-5);
- b) os docentes de outras unidades da USP em atividade, com titulação mínima de livre-docência (MS-5) e que desenvolvam ou tenham desenvolvido, nos últimos cinco anos, projetos apoiados pelo CEBIMar, conforme título III, capítulo I deste Regimento.
- c) outros docentes da USP, com titulação mínima de livre-docência (MS-5), com reconhecido mérito em pesquisas no âmbito da biologia marinha ou ciências marinhas, sugeridos por pelo menos três membros do CD;



Secretaria Geral

§ 2º – O Diretor será substituído em suas faltas e impedimentos pelo Vice-Diretor.

§ 3º – O Vice-Diretor será designado pelo Reitor, a partir de uma lista tríplice votada pelo CD, com nomes de docentes do quadro próprio do CEBIMar, portadores, no mínimo, do título de doutor (MS-3).

§ 4º – O Diretor poderá delegar atribuições ao Vice-Diretor, que, neste caso, deverá contar com os meios e os auxiliares indispensáveis para o desempenho de suas responsabilidades.

§ 5º – O mandato do Diretor e do Vice-Diretor será de quatro anos, vedada a recondução, conforme artigo 46, parágrafo 2º, do Estatuto da USP.

§ 6º – No mínimo sessenta dias antes do término do mandato do Diretor e do Vice-Diretor, o CD será convocado pelo Presidente para, em sessão extraordinária, eleger os componentes das listas tríplices a serem encaminhadas ao Reitor.

§ 7º – Na vacância das funções de Diretor, a Diretoria será exercida, interinamente, pelo Vice-Diretor, o qual convocará o CD no prazo máximo de quinze dias, para elaboração de nova lista tríplice a ser encaminhada ao Reitor.

§ 8º – Na vacância das funções de Diretor e Vice-Diretor, como na falta ou impedimento de ambos, a Diretoria será exercida pelo docente da mais alta categoria do quadro de docentes do CEBIMar e com maior tempo de serviço docente na Universidade, nesta ordem, que deverá observar o disposto no parágrafo anterior, quando for o caso.

Artigo 10 – Ao Diretor compete:

- I – administrar e coordenar todas as atividades do CEBIMar;
- II – coordenar a elaboração de proposições de diretrizes, metas e prioridades para o CEBIMar;
- III – exercer o poder disciplinar no âmbito da Instituição;
- IV – representar o CEBIMar;
- V – convocar e presidir as reuniões do CD, com direito a voto, além do de qualidade, em casos de empate;
- VI – encaminhar ao CD planos, propostas, pareceres e recomendações da Comissão Científica;
- VII – dar cumprimento às deliberações emanadas do CD;
- VIII – coordenar a elaboração do plano orçamentário anual, baseado nas dotações orçamentárias destinadas ao CEBIMar pela Reitoria, submetendo-o à aprovação do CD;



Secretaria Geral

- IX – elaborar o relatório anual do CEBIMar a ser encaminhado ao CD;
- X – providenciar a abertura dos concursos da carreira docente e da livre-docência;
- XI – providenciar a abertura dos concursos das carreiras técnicas e administrativas, de acordo com as normas gerais da USP;
- XII – encaminhar à Reitoria as propostas de nomeação, contratação, relotação, afastamento e dispensa de docentes e de servidores técnicos e administrativos, após a aprovação pelo CD;
- XIII – submeter ao CD a proposta de criação de cargos e funções de servidores docentes, técnicos e administrativos, necessários às atividades do CEBIMar;
- XIV – apreciar e submeter ao CD os programas anuais e plurianuais de pesquisa, ensino, cultura e extensão universitária, elaborados pela Comissão Científica;
- XV – designar Comissões para assessorá-lo;
- XVI – zelar pela fiel execução do Estatuto e do Regimento Geral da USP e do Regimento do CEBIMar;
- XVII – exercer outras atribuições que forem a ele conferidas pelo Estatuto e pelo Regimento Geral da USP e também pelo Regimento do CEBIMar, ou por delegação superior.

CAPÍTULO III

DA COMISSÃO CIENTÍFICA

Artigo 11 – São membros da Comissão Científica do CEBIMar:

- I – o Diretor Técnico da Divisão de Ensino e Pesquisa, seu Presidente;
 - II – o substituto do Diretor Técnico da Divisão de Ensino e Pesquisa, seu Vice-Presidente;
 - III – dois representantes dos docentes do CEBIMar;
 - IV – um docente de outra unidade da USP, que seja coordenador de projeto de pesquisa apoiado pelo CEBIMar, conforme artigo 27 deste Regimento, indicado pelo CD;
- § 1º – Para eleição dos membros a que se refere o inciso III serão seguidas as instruções contidas nos artigos 215 a 221, do Regimento Geral da USP.
- § 2º – O mandato dos membros previstos no inciso III será de dois anos, permitida uma recondução.



Secretaria Geral

§ 3º – O mandato do membro previsto no inciso IV será de um ano, permitida uma recondução.

§ 4º – Na indicação do membro de que trata o inciso IV será indicado também o respectivo suplente, que o representará em caso de impedimentos ou vacância.

§ 6º – Havendo vacância da titularidade e da respectiva suplência do membro que trata o inciso IV, o CD escolherá novo membro, com mandato integral.

Artigo 12 – Também compõem a Comissão Científica, na qualidade de convidados:

I – um representante dos educadores do quadro de servidores técnicos e administrativos do CEBIMar, indicado pelo CD;

II – o bibliotecário chefe da Seção de Biblioteca do CEBIMar;

III – um representante dos servidores técnicos e administrativos que desenvolvam suas atividades na área laboratorial, indicado pelo CD;

§ 1º – Os membros convidados previstos nos incisos I a III não terão direito a voto nas decisões tomadas pela Comissão, podendo, entretanto, participar livremente das discussões no âmbito da Comissão Científica.

§ 2º – A indicação dos membros convidados previstos nos incisos I e III será feita a cada dois anos, permitidas reconduções.

§ 3º – Não haverá indicação de membros suplentes dos membros convidados previstos nos incisos I e III.

Artigo 13 – Compete à Comissão Científica:

I – zelar pela liberdade de criação individual na atividade de pesquisa;

II – elaborar os planos anuais e plurianuais de pesquisa, ensino e extensão de serviços à comunidade, encaminhando-os para apreciação da Diretoria;

III – deliberar sobre:

- a) as propostas de realização no CEBIMar de cursos, disciplinas, projetos de pesquisa, reuniões e demais atividades de ensino, pesquisa e extensão de serviços à comunidade, encaminhando para o CD do CEBIMar as propostas aprovadas;
- b) os relatórios de projetos de pesquisa apoiados pelo CEBIMar, nos termos do artigo 29, inciso V, deste Regimento, encaminhando para o CD do CEBIMar os relatórios aprovados;
- c) as solicitações de alteração de plano de trabalho dos projetos de pesquisa apoiados pelo CEBIMar, nos termos do artigo 29, inciso III, deste Regimento, encaminhando para o CD do CEBIMar as solicitações aprovadas;



Secretaria Geral

IV – promover atividades de pós-doutorado, conforme artigo 23 e 25 deste Regimento;

V – acompanhar os projetos de pesquisa apoiados pelo CEBIMar, conforme artigos 22 a 29 deste Regimento;

VI – propor ao CD, ouvido o Diretor:

- a) o credenciamento de docentes de outras unidades da USP, com pesquisa e produção nas áreas temáticas do CEBIMar, para ministrar disciplinas de graduação e pós-graduação no CEBIMar;
- b) o credenciamento de participantes do Programa de Pós-Doutorado da USP, para ministrar cursos de cultura e extensão universitária no CEBIMar;
- c) a celebração de convênios;
- d) a realização de disciplinas e cursos;
- e) alterações na infraestrutura do CEBIMar e aquisição de equipamentos e insumos;

VII – assessorar o CD e a Diretoria, quando solicitada, em matérias relacionadas às atividades de pesquisa, ensino e extensão;

VIII – estimular atividades de cooperação científica, em nível nacional e internacional;

IX – opinar sobre matérias que lhe sejam submetidas pelo CD e pela Diretoria do CEBIMar;

X – colaborar na elaboração do relatório anual do CEBIMar, na parte referente às atividades de pesquisa, de ensino e de extensão cultural;

XI – exercer as demais funções que lhe forem conferidas pelo CD e pela Diretoria do CEBIMar.

Parágrafo único – As normas de funcionamento da Comissão Científica serão fixadas em regimento próprio, aprovado pelo CD.

Artigo 14 – A Comissão Científica reunir-se-á a cada trinta dias, ou extraordinariamente, quando convocada pelo seu Presidente.



Secretaria Geral

CAPÍTULO IV

DA DIVISÃO DE ENSINO E PESQUISA

Artigo 15 – A Divisão de Ensino e Pesquisa (DVENPES), de caráter multidisciplinar, é encarregada da consecução das finalidades do CEBIMar no campo do ensino, da pesquisa e da cultura e extensão universitária.

Artigo 16 – Faz parte da DVENPES o corpo de docentes do CEBIMar, bem como servidores técnico-administrativos da área laboratorial e acadêmica.

Artigo 17 – O Diretor Técnico da DVENPES será escolhido pela Diretoria do CEBIMar, respeitadas as normas vigentes.

Artigo 18 – Compete à DVENPES:

I – administrar as atividades de pesquisa, ensino e extensão universitária do CEBIMar/USP;

II – praticar as ações necessárias para a realização de cursos e disciplinas no CEBIMar;

III – emitir parecer sobre propostas de realização no CEBIMar de cursos, disciplinas, projetos de pesquisa, reuniões e demais atividades de ensino, pesquisa e extensão de serviços à comunidade, encaminhando-as para a Comissão Científica;

IV – gerenciar a atualização do cadastro das atividades de pesquisa levadas a efeito no CEBIMar, transmitindo à Seção de Biblioteca as informações pertinentes.

CAPÍTULO V

DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA

Artigo 19 – A Divisão Administrativa (DVADM) é encarregada de propiciar a infraestrutura necessária para a realização das atividades fins do CEBIMar, no campo da pesquisa, do ensino e da cultura e extensão universitária.

Artigo 20 – O Diretor da DVADM será escolhido pela Diretoria do CEBIMar, respeitadas as normas vigentes.

Artigo 21 – Compete à DVADM gerenciar as áreas administrativas e operacionais do CEBIMar.



Secretaria Geral

TÍTULO III DA PESQUISA

CAPÍTULO I DO APOIO A PROJETOS DE PESQUISA E DO PROGRAMA DE PÓS-DOCTORADO

Artigo 22 – No desempenho de suas competências na área de pesquisa, o CEBIMar contará com:

- I – docentes de seu quadro próprio;
- II – participantes do Programa de Pós-Doutorado da USP no âmbito do CEBIMar;
- III – membros de projetos de pesquisa apoiados pelo CEBIMar.

Artigo 23 – Os participantes do Programa de Pós-Doutorado da USP no âmbito do CEBIMar são pesquisadores com projeto de pesquisa aprovado pela Comissão Científica e pelo CD, conforme as normas da Universidade.

Artigo 24 – Os membros de projetos de pesquisa apoiados pelo CEBIMar são especialistas externos ao CEBIMar, portadores ou não de titulação acadêmica, que desenvolvam projetos de pesquisa no CEBIMar, no âmbito da biologia marinha e das ciências marinhas, por tempo determinado, após aprovação pela Comissão Científica e pelo CD.

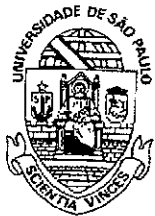
§ 1º – A participação em projetos de pesquisa apoiados pelo CEBIMar não gera vínculo empregatício ou funcional entre a Universidade e os membros de projetos de pesquisa apoiados pelo CEBIMar e não prevê qualquer remuneração por parte da USP.

§ 2º – A aprovação dos projetos de pesquisa pela Comissão Científica e pelo CD se dará conforme as disponibilidades de infraestrutura, espaço e serviços no CEBIMar para a realização das atividades previstas no projeto.

§ 3º – O uso das instalações do CEBIMar, por pessoas externas à USP, pode estar sujeito à cobrança de contraprestação pecuniária.

Artigo 25 – Os procedimentos para submissão e desenvolvimento dos projetos de pesquisa no CEBIMar, incluindo os projetos do Programa de Pós-Doutorado da USP no âmbito do CEBIMar, serão definidos pela Comissão Científica e praticados pela DVENPES.

Artigo 26 – Preservada a liberdade de pesquisa, os membros de projetos de pesquisa apoiados pelo CEBIMar e os participantes do Programa de Pós-Doutorado da USP no âmbito do CEBIMar devem observar as diretrizes acadêmicas definidas pela Comissão Científica e aprovadas pelo CD e as normas administrativas do CEBIMar.



Secretaria Geral

Artigo 27 – Cada projeto de pesquisa a ser desenvolvido no CEBIMar, incluindo os do Programa de Pós-Doutorado da USP, deverá ser dirigido por um coordenador.

Parágrafo único – A coordenação de um projeto de pesquisa deverá seguir as normas definidas pela Comissão Científica e aprovadas pelo CD.

Artigo 28 – O coordenador do projeto de pesquisa deverá apresentar à Comissão Científica um plano de trabalho, expondo as condições e prazos para realização do projeto de pesquisa, conforme normas definidas pela Comissão Científica e aprovadas pelo CD.

Artigo 29 – Ao coordenador de projeto de pesquisa compete:

- I – gerenciar o desenvolvimento do projeto de pesquisa, cuidando para que suas metas sejam atingidas e o cronograma cumprido satisfatoriamente;
- II – solicitar à DVENPES a infraestrutura necessária para desenvolvimento das atividades do projeto, de acordo com o definido no plano de trabalho inicial;
- III – encaminhar à DVENPES eventuais necessidades de alteração nas condições e prazos definidos no plano de trabalho inicial, para submissão à Comissão Científica e ao CD;
- IV – avaliar solicitações de pesquisadores que queiram ingressar no projeto de pesquisa e comunicar à DVENPES alterações na composição da equipe;
- V – elaborar o relatório anual e o relatório final a serem submetidos à Comissão Científica e ao CD;
- VI – estimular a produção de artigos e outros documentos sobre os estudos desenvolvidos pelos integrantes do projeto de pesquisa;
- VII – planejar atividades públicas sobre os temas de trabalho da equipe, tais como conferências, seminários e outros tipos de eventos acadêmicos;
- VIII – zelar pela devida atribuição de créditos ao apoio recebido do CEBIMar em toda produção gerada pelo projeto de pesquisa, conforme as normas definidas pela Comissão Científica e aprovadas pelo CD.

TÍTULO IV

DO ENSINO

Artigo 30 – O ensino no CEBIMar será ministrado em cursos de pós-graduação nos níveis de mestrado e doutorado, em conjuntos temáticos de disciplinas em nível de graduação, bem como em cursos de cultura e extensão universitária.

§ 1º – Na organização dos cursos previstos neste artigo serão observadas as normas estabelecidas no Regimento Geral e as estipuladas pelos Conselhos Centrais competentes.

Rua da Praça do Relógio, 109 – Cidade Universitária – Butantã – São Paulo/Brasil
CEP 05508-050 – Fone: 3032.0228 Fax: 3815.2741



Secretaria Geral

§ 2º – Os docentes do CEBIMar poderão ser credenciados para ministrar disciplinas de graduação e/ou de pós-graduação em quaisquer unidades da USP ou de outras instituições.

§ 3º – Os docentes de outras unidades da USP, com pesquisa e produção nas áreas temáticas do CEBIMar, e participantes do Programa de Pós-Doutorado da USP no âmbito do CEBIMar poderão ser credenciados pelo CD, ouvida a Comissão Científica, para ministrar disciplinas de graduação e pós-graduação no CEBIMar.

§ 4º – Os participantes do Programa de Pós-Doutorado da USP no âmbito do CEBIMar, definidos no artigo 23 deste Regimento, poderão ser credenciados pelo CD, ouvida a Comissão Científica, para ministrar cursos de cultura e extensão universitária e orientar projetos de iniciação científica no CEBIMar.

§ 5º – A carga horária e demais atividades docentes do CEBIMar serão avaliadas para efeitos da política de contratação de docentes.

Artigo 31 – Docentes de outras unidades da USP e de instituições externas à USP poderão solicitar a utilização da infraestrutura do CEBIMar para realização de cursos e disciplinas.

Parágrafo único – Para realização de cursos e disciplinas sob responsabilidade de outras unidades da USP e de instituições externas à USP deverão ser observadas as diretrizes acadêmicas definidas pela Comissão Científica e as normas administrativas do CEBIMar.

TÍTULO V

DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À COMUNIDADE E DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Artigo 32 – O CEBIMar prestará à comunidade, através de sua Divisão de Ensino e Pesquisa, serviços de identificação de material biológico, pareceres, laudos técnicos, e outros serviços dentro de seu campo de atuação.

Artigo 33 – Além dos cursos de cultura e extensão universitária, o CEBIMar oferecerá à comunidade atividades voltadas para a educação científica e ambiental e para a preservação e conservação dos ecossistemas marinhos.



Secretaria Geral

TÍTULO VI

DA CARREIRA DOCENTE

Artigo 34 – O CEBIMar, de acordo com o artigo 52 do Regimento Geral da USP, equipara-se, para fins de ingresso e progressão na carreira, aos Departamentos da Universidade de São Paulo, e tem carreira docente que segue as normas estatutárias e regimentais.

Artigo 35 – Os cargos da carreira docente serão criados no CEBIMar, mediante proposta aprovada pelo CD e submetida ao Conselho Universitário.

Artigo 36 – O desempenho das atividades docentes e, no que couber, os concursos da carreira docente, far-se-á de acordo com o Estatuto e com o Regimento Geral da USP e pelo que dispõe este Regimento.

Artigo 37 – As categorias de Professor Doutor e Professor Titular constituem cargos da carreira docente e serão providos na forma da legislação vigente.

Artigo 38 – A atividade docente será avaliada de acordo com o que dispuser a Comissão Permanente de Avaliação (CPA) da USP, conforme estabelece o artigo 202 do Regimento Geral da USP.

CAPÍTULO I

DOS CONCURSOS PARA A CARREIRA DOCENTE

Artigo 39 – As normas para os concursos da carreira docente e para a Livre-Docência no CEBIMar são as mesmas definidas no Regimento Geral da USP para as Unidades de Ensino.

Artigo 40 – São as seguintes as provas e os respectivos pesos para o concurso de Professor Doutor:

I – julgamento de memorial com prova pública de arguição, peso = 3;

II – prova didática, peso = 1;

III – prova escrita, peso = 1.

Parágrafo único – As inscrições para os concursos de Professor Doutor serão abertas pelo prazo de 90 dias, e serão realizadas nos termos do Regimento Geral da USP.

Artigo 41 – São as seguintes as provas e os respectivos pesos para o concurso para o cargo de Professor Titular:

I – julgamento de títulos, peso = 3;

II – prova pública oral de erudição, peso = 1;

III – prova pública de arguição, peso = 1.



Secretaria Geral

Artigo 42 – Na prova pública de arguição e no julgamento dos títulos, os membros da Comissão Julgadora analisarão a regularidade da produção científica do candidato, sua capacidade de liderança na área de atuação, medida pela projeção alcançada pelas suas atividades científicas, didáticas e de extensão, bem como pela formação e orientação de alunos.

Artigo 43 – São as seguintes as provas e os respectivos pesos no concurso para obtenção do título de Livre-Docente:

I – prova escrita, peso = 1;

II – defesa de tese ou de texto que sistematize criticamente a obra do candidato ou parte dela, peso = 3;

III – julgamento de memorial com prova pública de arguição, peso = 3;

IV – avaliação didática, peso = 1.

§ 1º – As inscrições ao concurso para obtenção do título de Livre-Docente serão abertas semestralmente, por quinze dias úteis, nos meses de março e agosto.

§ 2º – O concurso e as suas provas serão realizados segundo os termos dos artigos 167 a 181 do Regimento Geral da USP.

Artigo 44 – Nas provas públicas de arguição para os concursos de Professor Doutor, Livre-Docência e Professor Titular, caberá a cada examinador um tempo de trinta minutos para apresentar suas questões e igual tempo ao candidato para as respostas, podendo, de comum acordo entre candidato e examinador, a arguição ser realizada na forma de diálogo, utilizando tempo máximo de sessenta minutos.

TÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 45 – O presente Regimento poderá ser modificado no todo ou em parte, pelo voto de dois terços dos membros do CD, passando a vigorar após aprovação pelos órgãos próprios da Universidade e publicação no Diário Oficial do Estado.